

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PÂMELA BERGONCI

PERSPECTIVA DE MUDANÇAS NO MODO DE VIDA DOS PRODUTORES DE FUMO,
BARROS CASSAL – RS

PORTO ALEGRE
2010

Bergonci, Pâmela

Perspectiva de mudanças no modo de vida dos produtores de fumo,
Barros Cassal – RS. / Pâmela Bergonci - Porto Alegre : UFRGS, 2010.
[61 f.] il.

Trabalho de Conclusão do Curso de Geografia. – Universidade
Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Geociências. Porto Alegre, RS
- BR, 2010.

Orientação: Prof. Dr. Álvaro Luiz Heidrich

1. Modo de Vida. 2. Fumicultor. 3. Fumo. 4. Convenção-Quadro. 5.
Barros Cassal, RS. I. Título.

Catálogo na Publicação
Biblioteca Geociências - UFRGS
Renata Cristina Grun CRB10/1113

PÂMELA BERGONCI

PERSPECTIVA DE MUDANÇAS NO MODO DE VIDA DOS PRODUTORES DE FUMO,
BARROS CASSAL – RS

Trabalho apresentado como requisito parcial para a aprovação na disciplina de GEO01128 – Trabalho de Graduação II. Departamento de Geografia. Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Álvaro Luiz Heidrich

PORTO ALEGRE
2010

Escrever é fácil.

Você começa com uma maiúscula
e termina com um ponto final.

No meio você coloca as ideias.

Pablo Neruda

AGRADECIMENTOS

Cabe aqui lembrar das pessoas que estiveram comigo durante a graduação e que facilitaram o meu processo de aprendizagem, não só intelectualmente, mas como pessoa.

Devo, em primeiro lugar, com muito amor, agradecer aos meus pais Jorge e Dulce que, com o seu trabalho e esforço diário, permitiram que eu pudesse frequentar a universidade pública e me submeter aos horários complicados de um curso diurno. Pela força e compreensão, obrigada.

As minhas irmãs, Josiane e Rosana, pelas eventuais desavenças que me fizeram refletir e crescer, pelo apoio e ajuda quando solicitado e pelo carinho indispensável entre nós que nos foi ensinado pelos nossos pais, obrigada. Ao nosso bebê Arthur, pelo sorriso infantil nos momentos mais estressantes no final do curso, me fazendo entender que a vida é bem mais simples do imaginamos.

Agradecimento especial ao meu padrinho de coração Carlos que, durante estes anos me deu carona todos os dias até Porto Alegre, me permitindo economizar um dinheiro que eu não tinha, obrigada. A minha madrinha Iracema pelo apoio e orgulho indispensáveis para qualquer ser em crescimento, obrigada. Enfim, a toda a minha família: avó, tios (as) e primos (as), que me permitiram momentos de carinho e alegria, fazendo com que eu crescesse aprendendo o verdadeiro valor de uma família unida.

A minha sogra e sogro, Nilza e Adão Jair, que há anos me acolhem todos os finais de semana em sua casa, no município de Barros Cassal, permitindo a construção deste trabalho, sem custos de saídas de campo, obrigada. Finalmente ao meu amor, Leandro que, além de namorado, é companheiro e amigo. Obrigada pela oportunidade de conhecer com mais profundidade a vida dos produtores de fumo e de tantos outros agricultores que me ensinaram a beleza e as dificuldades da vida no campo.

Aos amigos mais que especiais que fiz durante a graduação: Sara, Pedro, Heloíse, Fabiane, Lara, Theo, Ricardo, Carlitos, Lucas Alemão e tantos outros que com a companhia diária me permitiram suportar o cansaço das idas e vindas Canoas – Porto Alegre. E que em muitos momentos me fizeram refletir sobre questões que eu nem imaginava, obrigada. Ao

Diretório Acadêmico de Geografia – DAGE – construído pelos graduandos a partir da Geografia do Amor, como espaço de socialização e nascimento de grandes ideias e ações.

Aos mestres que me acompanharam durante esta trajetória, transmitindo seus conhecimentos, permitindo que me desenvolvesse como pessoa e profissional, obrigada. Especialmente ao professor Álvaro Luiz Heidrich, pela acolhida e apoio como orientador e pela atenção dedicada as minhas inquietações, obrigada.

RESUMO

Estamos assistindo hoje o desenvolver de um momento único na história agrícola do Rio Grande do Sul: a possibilidade de uma mudança forçada do modelo produtivo e, conseqüentemente, no modo de vida tradicional de milhares de agricultores. Este trabalho busca analisar as mudanças que podem vir a ocorrer na vida dos fumicultores do município de Barros Cassal, no Rio Grande do Sul, caso a Convenção-Quadro para Controle do Uso do Tabaco seja colocada em prática nos termos em que hoje se encontra. Esta Convenção foi assinada pelo Brasil em 2003, onde o país se compromete a substituir a produção de tabaco por outra cultura. O município foi tomado como local de estudo, mas reflete a realidade de centenas de municípios gaúchos que têm como base econômica a produção de fumo. Assim se configura um cenário de insegurança e incerteza sobre o futuro, tanto da economia quanto da mudança da realidade destes agricultores familiares que têm, na cultura do fumo, além da principal fonte renda, a origem das práticas de vida que guiam o seu cotidiano.

Palavras-chave: modo de vida – fumicultor – fumo – Convenção-Quadro – Barros Cassal

ABSTRACT

We are living nowadays a moment that is historically unique in the agricultural scenario in Rio Grande do Sul. There is a forced possibility of change in the productive model and consequently in the traditional way of life of thousands of producers. This paper intend to analyze the changes that may be occur in the tobacco farmers life in Barros Cassal city, Rio Grande do Sul, if Framework Convention for Tobacco Use Control were put into practice as it is thought nowadays. This convention was signed for Brazilian government in 2003, and the compromise of produce another culture instead tobacco were assumed. A city has been chosen as the place where a study would be set, but it reflects the same reality of hundreds of other cities that produce tobacco as well. So a fear and unsure about the future scenario has been created for the economy and the producers life. It is because the tobacco production is not only their income source but the origin of their everyday practices.

Key-words: way of life – tobacco farmer – tobacco – Framework Convention – Barros Cassal

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
O FUMO NO RIO GRANDE DO SUL	11
UM POUCO DE HISTÓRIA	15
POR QUE O FUMO?	17
OS PROBLEMAS	20
O UNIVERSO DO PRODUTOR DE FUMO	26
O SINDICATO	28
A EMATER	30
O BANCO DO BRASIL	32
AS FUMAGEIRAS	34
AS CONVERSAS COM OS PRODUTORES	37
MODO DE VIDA	40
VÍNCULOS TERRITORIAIS	42
TEMPO E FAMÍLIA	43
AGRICULTOR-ATORES	45
CONSIDERAÇÕES NÃO TÃO FINAIS	48
REFERÊNCIAS	51
ANEXOS	53

INTRODUÇÃO

O Rio Grande do Sul tem, ainda hoje, a sua economia baseada essencialmente na agricultura. Inseridos neste grande universo, temos cada agricultor e sua família, que cedem a sua força de trabalho para manter este ciclo em funcionamento. Este trabalho surge do grande respeito e admiração que adquiri, convivendo desde a infância, com pequenos agricultores produtores de fumo.

A escolha de Barros Cassal como município de estudo se deve, entre outras razões, as raízes que tenho com o município (origem de minha família materna) e com os laços que crio agora diretamente indo lá residir.

O trabalho nas lavouras de fumo é tarefa árdua mas a busca desta produção como principal fonte de renda de muitos agricultores familiares, justifica-se de muitas maneiras: o produtor de fumo não necessita de mecanização especializada; a lavoura de fumo traz alta renda para pequenas propriedades; a produção concentra-se no núcleo familiar; são muitos os financiamentos dados pelo governo federal através de programas específicos e pelas próprias empresas fumageiras, com juros baixos e longo prazo para quitar as dívidas.

Dentro de todo este sistema, surge um evento mundial que pode modificar toda esta realidade: em 2003, o Brasil, como membro da Organização Mundial da Saúde (OMS), assinou a Convenção-Quadro sobre Controle do Uso do Tabaco¹. Este documento solicita que a partir de 2014 a cultura de fumo seja substituída por outra cultura.

Assim se configura, no Brasil, no Rio Grande do Sul e em Barros Cassal, um cenário de insegurança e incerteza sobre o futuro, tanto da economia quanto da mudança da realidade destes agricultores familiares que tem, na cultura do fumo, além da principal fonte renda, a origem das práticas de vida que guiam o seu cotidiano desde os últimos cinquenta anos.

Para nortear o trabalho, parto da hipótese de que os produtores de fumo de Barros Cassal desconhecem a Convenção-Quadro sobre Controle do Uso do Tabaco, assim como desconhecem a dimensão que ela terá em suas vidas, transformando todo o seu universo e a

¹ Disponível em <http://www2.mre.gov.br/dai/m_5658_2006.htm>

realidade conhecida por eles. A inserção de uma nova forma de produção irá afetar a vida destas pessoas em todas as escalas.

Também podemos supor que ainda nenhuma ação por parte dos poderes municipais, estaduais e federais está sendo tomada para adequar a vida dos produtores a esta nova realidade.

Este trabalho se organiza da seguinte forma: a primeira parte do trabalho consiste em um levantamento histórico e geográfico da chegada da cultura do fumo em nosso estado e a posterior inserção no município de Barros Cassal. Após apresento o que eu considero os problemas relacionados ao fumo. Na segunda parte do trabalho falo sobre as entrevistas realizadas com os representantes dos organismos municipais, estaduais e federais que atuam sobre o universo dos fumicultores e sobre as entrevistas realizadas com os agricultores. Por último, falo sobre as minhas conclusões, que considero não finalizadas.

O FUMO NO RIO GRANDE DO SUL

Os primeiros registros do fumo ou tabaco em solo brasileiro aparecem entre as populações indígenas, que cultivavam a planta com caráter sagrado. Geralmente seu uso era limitado a rituais, sendo reservado aos pajés.

Segundo Jean Batiste Nardi (1985), no início do século XVI, o fumo era moeda de troca entre os colonos portugueses e os índios. Com o incentivo de alguns comerciantes portugueses que queriam abastecer o mercado europeu, os colonos começaram a cultivar a folha, que já não era conseguida facilmente com os indígenas. O fumo foi assim, simultaneamente, uma afirmação do poder lusitano e uma manifestação da crescente nacionalidade brasileira.

Desde o começo o fumo foi plantado por colonos em áreas reduzidas. As roças de fumo surgiram na faixa litorânea entre Salvador e Recife e nos arredores de Cachoeira, no Recôncavo Baiano. Posteriormente surgem lavouras de fumo nos estados do Pará, Rio Grande do Norte, Mato Grosso, Goiás, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Só mais tarde o fumo viria a ser cultivado no Rio Grande do Sul. Ao contrário do que os historiadores afirmavam inicialmente, hoje se sabe que o fumo brasileiro foi um gênero primordial da economia colonial brasileira.

Segundo Virginia Elisabeta Etges,

Do fim do período colonial (1808) até o início do século XX, o fumo brasileiro diversificou-se, tanto a nível espacial (áreas cultivadas) como no processo de industrialização e comercialização, sendo que, nas três primeiras décadas do século atual, assiste-se à concentração espacial agrícola e industrial e ao estabelecimento das estruturas atuais. Isto se deu através de uma política de desenvolvimento que estimulou o surgimento de novas áreas fumageiras além da Bahia. O fumo passou a ser cultivado também em Minas Gerais, Goiás, São Paulo e, sobretudo, no Rio Grande do Sul com a chegada dos imigrantes europeus [...]. (ETGES, 1991, pág.44).

Desde o início do século XIX, os relatos já mostram a cultura do fumo associada à pequena propriedade rural, com a utilização da mão de obra familiar, cultivada junto com as culturas de subsistência. O crescente desenvolvimento da cultura do fumo no sul do país é

associado às áreas de imigração alemã, com suas pequenas propriedades, e ao aumento do comércio com a Alemanha.

Em relatório dirigido em 1851 ao presidente da província, o diretor da colônia de Santa Cruz – atual município de mesmo nome, polo produtor de fumo – dizia que a produção do fumo na região já tinha atingido proporções que se permitia que se pensasse no fabrico do fumo. Aqui inicia o interesse do governo em processar o fumo, agregando valor ao seu produto final.

Pequenas empresas manufatureiras foram instaladas na zona de imigração alemã, na italiana, em Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande. Estas não impediam a presença de numerosos estabelecimentos menores que “produzem para o mercado, mas o processo de trabalho não ultrapassa o âmbito familiar”. (PESAVENTO, 1983, p.202)

Com a inserção do capital estrangeiro no estado no início do século XX, entre as décadas de 20 e 30, através do estabelecimento de empresas beneficiadoras de fumo, foi introduzida a nova técnica de secagem através de fornos (técnica utilizada atualmente) substituindo o processo anterior feito pela fermentação por superposição das folhas de fumo.

O sucesso do Rio Grande do Sul na produção de tabaco também é associado à qualidade do fumo plantado. Diferente da Bahia, que produzia fumos mais escuros para charuto, o sul do país especializou-se em fumos de qualidades mais claras – como o “virgínia” – cada vez mais importante para a fabricação de cigarros, sendo uma referência mundial na produção destas qualidades. Na figura abaixo (Figura 1) vemos uma lavoura de fumo da qualidade Virgínia em uma pequena propriedade no município de Barros Cassal.



Figura 1: Foto de lavoura de fumo da qualidade virgínia em Barros Cassal (Fotografia de Pâmela Bergonci, 2010).

É a partir deste processo de inserção da indústria estrangeira que o fumicultor deixa de manufaturar a folha em sua propriedade de forma artesanal e passa a entregar a sua produção para a empresa. Sobre isso Pesavento (1983) diz:

Tanto a companhia estrangeira que no estado se instalou quanto as manufaturas locais, ao produzirem em larga escala, contarem com capital significativo e adotarem recursos tecnológicos, contribuíram para a destruição da indústria doméstica do fumo. Ante o surgimento de empresas capitalistas, aniquilou-se a possibilidade de subsistirem unidades de produção doméstica. Tendencialmente, o pequeno proprietário converteu-se em agricultor puro, fornecedor de matéria-prima para a indústria. (PESAVENTO, 1983, pág. 208).

Apesar disto, a lavoura de subsistência ainda coexistia com a lavoura de fumo. A mesma autora ainda diz que “o cultivo do fumo não se torna especializado ainda ao ponto do colono abandonar a policultura de subsistência e concentrar na produção daquele gênero para o qual tinha comprador certo e preço aparentemente compensador”. (PESAVENTO, 1983, p. 208). Em 1950 o fumo era produzido praticamente em todo o Rio Grande do Sul, mas ainda era uma cultura muito voltada ao autoconsumo.

No mesmo período a produção de fumo inicia em Barros Cassal (segundo dados da Emater do município, o registro dos primeiros plantadores de fumo são de 1953) sendo cultivado junto com lavouras de subsistência. Entre as décadas de 60 e 70 observa-se a concentração espacial da indústria fumageira nos municípios de Santa Cruz, Venâncio Aires e Vera Cruz e nos municípios do entorno.

Sobre o processo de formação das áreas hoje tradicionais no cultivo do fumo, Virginia Elisabeta Etges diz:

[...] observa-se também que, excluindo a área de campos naturais, a intensificação da lavoura do fumo tem-se dado, em grande parte, nas regiões menos indicadas para a prática da agricultura intensiva, como é o caso da região das Serras de Sudeste e proximidades da Lagoa dos Patos (M.R. do Alto Camaquã e M.R. da Lagoa dos Patos) onde, no 1º caso, ocorre o afloramento do Escudo Cristalino dando origem a solos de baixa formação sedimentar recente desta área. Há intensificação também na região da encosta da Serra Geral, onde a prática da agricultura mecanizada é dificultada pela inclinação do relevo. (M.R. Colonial do Baixo Taquari, M.R. Colonial do Alto Taquari e M.R. de Soledade). O mesmo se observa na região da encosta oriental do Planalto Meridional (M.R. do Litoral Setentrional do Rio Grande do Sul). (ETGES, 1991, pág. 50-51).

Pela descrição da autora, nota-se que a concentração das lavouras de fumo, passa a ocorrer, na maioria dos casos, em áreas onde a prática da agricultura intensiva e/ou mecanizada é menos propícia. Verifica-se assim certa marginalização das regiões produtoras de fumo no Estado, pois sua expansão se dá em áreas onde não é possível plantar soja e trigo ou mesmo a prática da pecuária. Estas regiões coincidem com os piores solos, forçando a utilização de fertilizantes em larga escala.

A área de estudo escolhida para este trabalho, o município de Barros Cassal, situa-se na encosta da Serra Geral, pertencendo à citada microrregião de Soledade, a mesorregião do Noroeste Rio-Grandense e ao Conselho Regional de Desenvolvimento do Alto da Serra do Botucaraí². Localiza-se a 256 km de Porto Alegre e tem como principais vias de acesso a BR 153 de acesso a Soledade e a RS 471 (em fase de pavimentação), que liga a cidade a

² Ver Anexo 1

que ficava situada à margem nascente do Rio Pardo, na divisa com Soledade, local onde hoje se encontra o município de Barros Cassal.

Expedições bandeirantes, lideradas por Rapozo Tavares, destruíram o esforço missionário. Mais tarde, mineiros e paulistas desbravaram a região a procura de ouro abandonado pelos jesuítas. Em 1800 vieram os descendentes portugueses que, para suprir a mão de obra, trouxeram os escravos africanos. Da miscigenação do negro, do português e do índio, surgiu o caboclo e o pardo.

Os primeiros habitantes daquelas terras viviam da caça, pesca e plantação de subsistência. Depois partiram para a comercialização da erva mate nativa, existente em abundância nas densas matas da região, através das estradas abertas pelos jesuítas. Também neste período, surgiram os primeiros traços da atividade pecuária na região com a criação de mulas que eram vendidas nas feiras de Sorocaba em São Paulo.

A chegada dos primeiros imigrantes europeus acontece entre 1910 e 1920, com os imigrantes alemães vindos de Venâncio Aires, Santa Cruz e Montenegro. Em meados de 1940 chega o imigrante italiano vindo de Garibaldi, Encantado e Bento Gonçalves.

A abertura da estrada que vai de Soledade a Venâncio Aires em 1923, trouxe grande progresso à região, iniciando a industrialização da madeira. Surgiram inúmeras serrarias que foram derrubando as grandes matas de pinhais existentes. Com a inserção da cultura do fumo, em 1953, é que começa a formar-se uma matriz produtiva fixa e forte, subsidiada pelas empresas fumageiras até os dias de hoje. Até 1980 as fumageiras limitavam a produção de fumo entre 18 e 20 mil pés por família. Hoje este limite não existe mais, sendo preocupante a monocultura do fumo.

O município de Barros Cassal, no decorrer de sua história, já pertenceu aos municípios de Passo Fundo, Cruz Alta e até antes de sua emancipação, em 05 de novembro de 1963 pela Lei nº. 4598, foi um distrito de Soledade. Sua atual denominação se deve a Revolução de 1930, que teve como um de seus propagadores o Dr. João de Barros Cassal.

POR QUE O FUMO?

Como vimos anteriormente, a inserção da cultura do fumo no Rio Grande do Sul, esteve intimamente ligada a uma série de fatores econômicos, sociais e históricos. Entretanto temos a importante informação de que esta cultura vai ser largamente cultivada em solos que não são aptos a outras culturas, como a soja, por exemplo. Este é um dos motivos que fizeram com que a produção fumageira se perpetuasse no município de Barros Cassal.

A carta topográfica do município de Barros Cassal, datada dos anos 70, evidencia que na porção norte, no limite com o município de Soledade, há uma área de campo com presença de coxilhas, que abrange cerca de 40% do território. Já o sul do município apresenta um solo rico em declives acentuados, com muitas áreas de mata protegidas pela dificuldade de acesso. Estas áreas são descritas pelos moradores locais como “terras dobradas”, que no dizer popular caracterizam-se pela dificuldade de serem agriculturáveis e de se utilizar alguma forma de mecanização.

Segundo o Mapa Exploratório de Solos do Estado do Rio Grande do Sul³ os solos do município são descritos como de textura argilosa e com relevo suave e ondulado, no norte e centro. Como textura argilosa, fase pedregosa e cascalhenta com relevo fortemente ondulado e montanhoso, no sul, indicando novamente a dificuldade trazida pelo relevo na prática da agricultura mecanizada.

As informações sobre a cobertura e uso da terra mostram no norte do município, uma área de vegetação natural campestre utilizada para a pecuária de animais de grande porte; no centro, áreas antrópicas agrícolas de cultura temporária com cultivos temporários diversificados e no sul as áreas florestais protegidas pela encosta da serra.

Quanto à economia do município e região, o trabalho Regionalização do Espaço Agrícola do Rio Grande do Sul, publicado em 1975, caracteriza a área como típica de colônia com atividade agrícola tradicional predominante, denotando uma zona de pouco desenvolvimento, quase mesmo em estagnação.

No gráfico abaixo (Figura 3) vemos a evolução da área plantada de fumo no município entre os anos de 1992 e 2008. Verificamos que a tendência de aumento da área plantada

³ Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias>>

domina durante vários anos, havendo uma diminuição mais acentuada nos últimos dois anos da série.

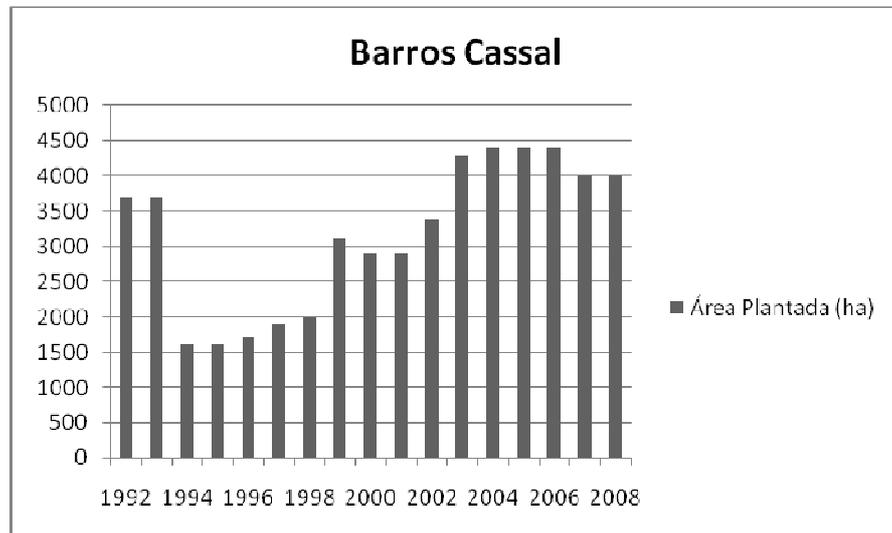


Figura 3: Fonte dos dados FEE Dados. Elaborado por Pâmela Bergonci

O aumento ou a diminuição da área plantada de fumo depende diretamente da última safra. Se a safra em um ano for “boa”, ou seja, os lucros obtidos forem os esperados pelos produtores, a área plantada tende a aumentar:

Portanto, a viabilidade econômica do sistema de produção de fumo do Rio Grande do Sul [...] depende, essencialmente, das fumageiras, que ao oferecerem a garantia de compra da produção, uniformizam o tipo da produção e, principalmente, o preço pago pelo fumo ao produtor. (NÚCLEO DE ESTUDOS REGIONAIS E AGRÁRIOS, 2006, pág.64).

Os produtores têm uma relação de dependência com a indústria do fumo. Sendo eles que, mesmo indiretamente, ditam os valores de venda. Ainda assim, o fumo é a cultura dominante no município: pela possibilidade da plantação sem mecanização em pequenas propriedades, em solos pobres – necessitando de uma grande quantidade de fertilizantes – e ainda, pelo alto rendimento.

FEEDADOS - Valor da produção em R\$ mil (2008)					
	Fumo	Milho	Feijão	Soja	Trigo
Barros Cassal	36.604	3.038	503	2.698	252

Quadro 1: Fonte FEE Dados

O quadro (Quadro 1) nos mostra o valor da produção do fumo, no ano de 2008, em comparação com outras culturas cultivadas em menor quantidade e com outras características, no município. É fácil entender o porquê da monocultura do fumo nesta região. No decorrer do trabalho, estes fatos serão investigados mais detalhadamente.

OS PROBLEMAS

Sabe-se, de longa data, de todos os malefícios trazidos pela cultura do fumo nas mais diversas áreas de abrangência: social, humana, econômica e da saúde. Hoje vislumbramos uma grande quantidade de pesquisas nestas áreas tentando comprovar a degradação trazida pela cultura do fumo e pelo hábito do tabagismo.

As campanhas antitabagismo aparecem sucessivamente nos meios de comunicação (televisão, rádio); espalhadas pelas cidades como em *outdoors*, ônibus, versos das embalagens de cigarro; e em ações pontuais como a tentativa de diminuir a exposição à fumaça do tabaco, principalmente para indivíduos não fumantes, proibindo o uso do cigarro em locais fechados e meios de transporte público.

Contudo a campanha antitabagismo não atinge apenas o consumidor mas também o produtor rural de fumo – o fumicultor – que tem nesta planta a principal fonte de renda para manter a sua família. A tentativa de acabar com o hábito do uso do cigarro se dá em muitos países, sendo uma das iniciativas da Organização Mundial de Saúde – OMS.

Em 2003, o Brasil assinou a Convenção-Quadro sobre Controle do Uso do Tabaco, convenção esta adotada pelos países membros da Organização Mundial de Saúde, também em 2003. Nesta, o Brasil se propõe a substituir a cultura do fumo até 2014, promovendo o desenvolvimento sustentável.

No Artigo 4 da Convenção, no item 6, lê-se:

Devem ser reconhecidos e abordados, no contexto das estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável, a importância da assistência técnica e financeira para **auxiliar a transição econômica** dos produtores agrícolas e trabalhadores cujos meios de vida sejam gravemente afetados em decorrência dos programas de controle do tabaco, nas Partes que sejam países em desenvolvimento, e nas que tenham economias em transição. (CONVENÇÃO..., 2003, grifo nosso).

Notamos que a Convenção reconhece a dificuldade que irá haver nesta substituição da forma de produção tanto na esfera econômica – tendo que se criar uma nova matriz produtiva,

repensando todas as economias locais, considerando mercados e preços destes novos produtos – quanto na esfera individual dos produtores, que terão seu cotidiano e cultura modificados por uma decisão mundial.

Em nível nacional um dos grandes precursores da campanha antitabagista é o Instituto Nacional do Câncer - INCA mantido pelo Ministério da Saúde. Em seu *site* podemos acompanhar todos os projetos que estão sendo desenvolvidos para conscientizar a população dos malefícios trazidos pelo uso do cigarro.

Em uma seção especial, onde se explica as ações da “Convenção-Quadro sobre Controle do Uso do Tabaco” lê-se como uma das medidas propostas a “substituição do cultivo de tabaco; restrição ao apoio e aos subsídios relativos à produção e à manufatura de tabaco”. Aqui vemos claramente o intuito, não só nacional, mas também dos países pertencentes à Organização Mundial da Saúde, de findar com a produção do tabaco.

O INCA também é responsável pelo Programa Nacional de Controle do Tabagismo e Outros Fatores de Risco de Câncer⁴. Neste são trazidas informações referentes ao uso do tabaco e a saúde pública e do indivíduo; os projetos que estão sendo e/ou serão desenvolvidos para informar a população sobre os malefícios do fumo; os resultados até agora alcançados e os planejamentos para o futuro.

No capítulo terceiro do Programa, onde se trata dos resultados obtidos até o presente momento, são citadas as ações legislativas que já foram colocadas em prática para limitar a produção do fumo. Nesta cita-se a Portaria do Ministério do Trabalho e Emprego n.º 06, de fevereiro de 2001, que proibiu o trabalho do menor de 18 anos na colheita, beneficiamento ou industrialização do fumo e a Resolução do Banco Central do Brasil n.º 2833, de 25 de abril de 2001, que veda a concessão de crédito público relacionado com a produção de fumo, no âmbito do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), em regime de parceria ou integração com a indústria do tabaco.

A proibição do trabalhador com idade inferior a 18 anos justifica-se pelas inúmeras pesquisas que indicam o trabalho infantil nas lavouras de fumo como um dos principais problemas sociais desta cultura. Já o impedimento de concessão de crédito público não

⁴ Disponível em <http://www.inca.gov.br/conteudo_view.asp?id=139>

impede que o trabalhador continue plantando, uma vez que as empresas que compram a folha do fumo também são financiadoras das plantações e, com esta ação tem mantido o produtor rural endividado e dependente delas, e não com o banco.

Em uma indagação inicial podemos pensar que acabando-se com a produção do fumo em nosso país, dificultaremos o acesso e o conseqüente uso do cigarro, mas será essa a solução? Com a folha sendo produzida em outros países acredito que apenas teremos o seu produto final, o cigarro, com um preço mais elevado, devido às taxações de importação.

Muito além do repasse do valor final do produto ao consumidor, temos o problema local das famílias que sobrevivem da produção do fumo. No Rio Grande do Sul esta mudança de matriz produtiva pode afetar grande parte dos agricultores do estado. Segundo dados da Secretaria da Agricultura, Pecuária, Pesca e Agronegócio o Rio Grande do Sul é responsável, desde 2000, por mais de 50% da produção de fumo brasileira⁵.

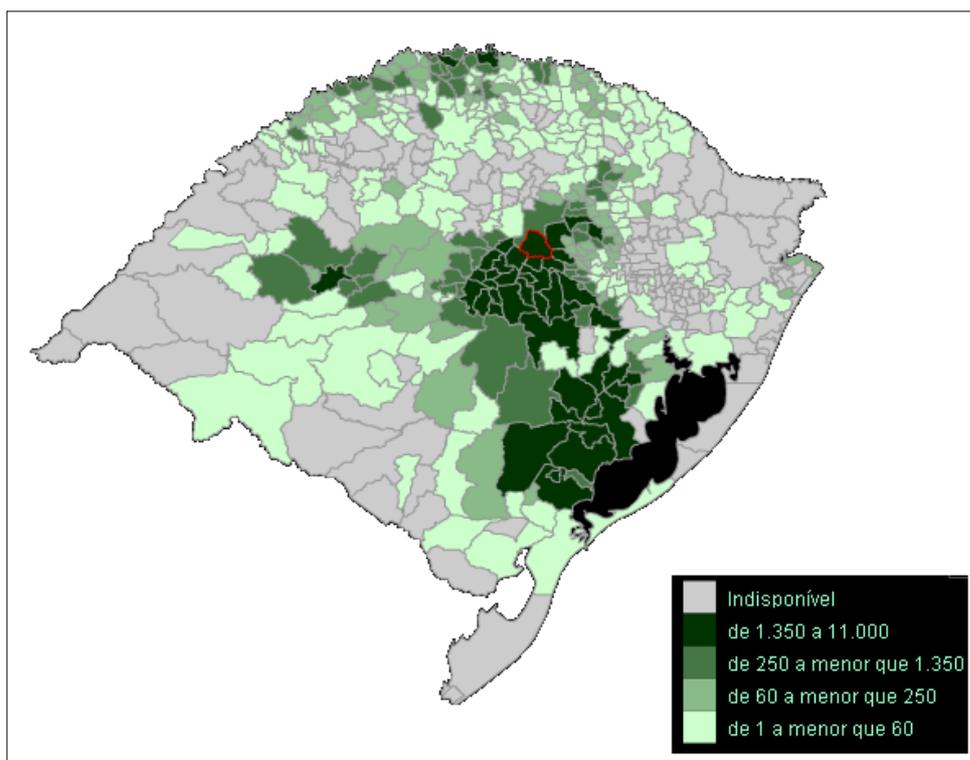


Figura 4: Mapa da área colhida de fumo (em folha) em 2008, em hectares. Fonte: IBGE Cidades. Em destaque: município de Barros Cassal.

⁵ Dados disponíveis em <<http://www.saa.rs.gov.br/uploads/1270060302Fumo.pdf>>

No mapa da área colhida de fumo em 2008 (Figura 4) observa-se em destaque o município de Barros Cassal, que foi escolhido para o presente estudo por ter sua economia baseada basicamente na cultura do fumo. Ele também se configura inserido entre os municípios que mais produzem fumo no Rio Grande do Sul. Partindo desse contexto busquei compreender uma realidade que afetará os agricultores plantadores de fumo do Rio Grande do Sul como um todo.

Um conjunto de questões e dúvidas paira sobre situação de vida dos plantadores de fumo, com a perspectiva de efetivação das medidas da Convenção-Quadro, justificando-se a necessidade deste estudo: Quais são as alternativas para o produtor? O produtor sabe que pode ser proibido de plantar fumo? Como se dará a substituição por outra cultura? Quais os impactos da substituição na vida econômico-social dos produtores de fumo, uma vez que é a cultura que tem o maior rendimento por área, que não exige alta mecanização e que é especialmente cultivado em pequenas propriedades?

Acredito que grande parte destas respostas deva vir do poder público em geral, gerando-se uma matriz produtiva alternativa para os fumicultores, acompanhada de um suporte necessário para essa transição. Tentei responder neste trabalho as questões que estavam ao meu alcance, buscando junto aos maiores envolvidos, os produtores de fumo, as respostas.

Mesmo com o alto rendimento trazido pela plantação de fumo (safra 2009/10 comercializado em média a R\$ 7,59 o quilo da classe BO1 - fumo de melhor qualidade)⁶, muitos municípios onde os agricultores produzem apenas o tabaco convivem com graves problemas sociais, entre eles a baixa renda. O município de Barros Cassal não foge desta realidade.

⁶ Disponível em <http://www.afubra.com.br/principal.php?acao=conteudo&conteudo_id=268&i_id=1&u_id=1>

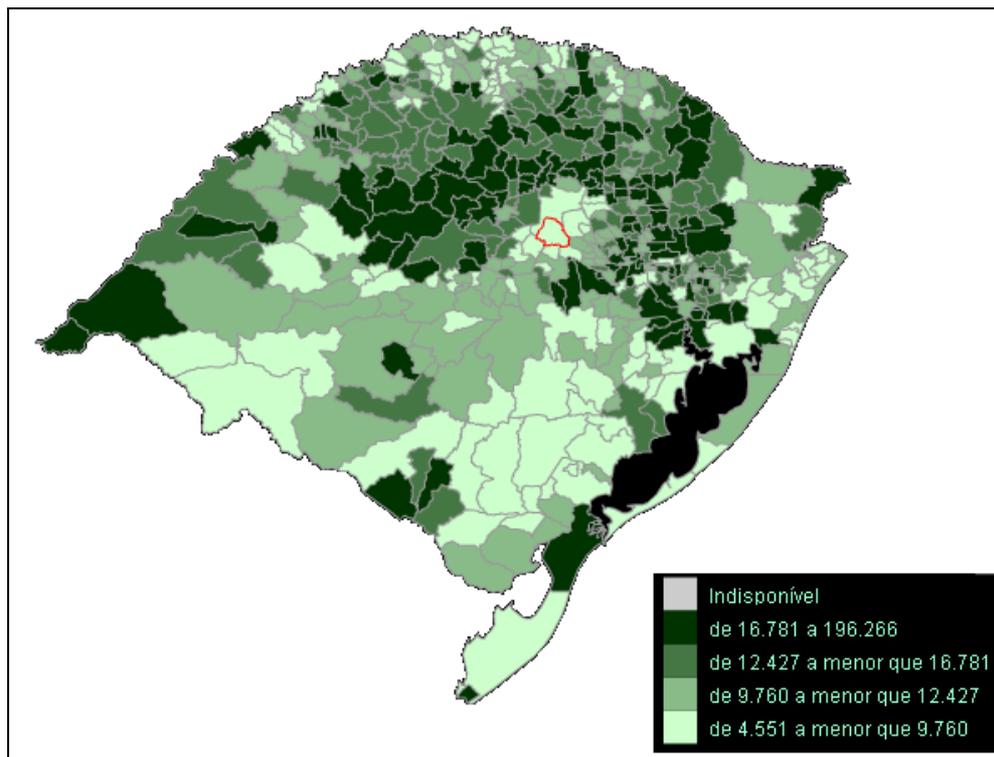


Figura 5: Mapa do Produto Interno Bruto dos municípios 2007 - PIB per capita em reais. Em destaque: município de Barros Cassal.

Observamos no mapa do Produto Interno Bruto dos municípios 2007 (Figura 5) que, mesmo o município de Barros Cassal tendo como base produtora o fumo e, sendo esta cultura considerada hoje a que traz em pequenas propriedades um maior rendimento, o Produto Interno Bruto per capita de Barros Cassal está na classe mais baixa do estado. Em contraponto, os municípios que abrigam as indústrias que compram a produção dos fumicultores: Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Vera Cruz (mancha de três municípios logo ao sul de Barros Cassal) e que também são clássicos produtores de fumo, encontram-se na faixa mais alta do PIB per capita do estado. Como é possível? No decorrer do trabalho, tentarei responder esta questão com a ajuda dos próprios produtores e dos profissionais envolvidos com os mesmos.

Tento então, com este trabalho, contribuir com a discussão sobre o rumo que tomarão estas regiões produtoras de fumo e o quanto esta mudança irá afetar a vida dos produtores. Estamos à frente de um modelo de produção e um modo de vida que se configura, em Barros Cassal, nos últimos 50 anos. O que me inquieta é a direção que se pretende dar, não só na

economia destes municípios, mas também na vida dos produtores de fumo. Tenho presente que a inserção de uma nova forma de produção irá afetar a vida destas pessoas em todas as escalas.

O UNIVERSO DO PRODUTOR DE FUMO

Os fumicultores de Barros Cassal são agricultores familiares. Para compreender essa categoria busquei, primeiramente, estudos e argumentos teóricos que trabalham com a caracterização do produtor rural, no contexto da produção capitalista.

Segundo Maria Margarida Moura (1986),

Podemos descrever o camponês de diferentes maneiras. Uma delas é defini-lo como cultivador de pequenas extensões de terra, às quais controla diretamente com sua família. Esta visão é bastante difundida nos livros de ciências sociais, e tem por objetivo identificar a condição camponesa com o controle direto sobre a terra onde habita e produz. (MOURA, 1986, pág. 12).

A produção dos fumicultores de Barros Cassal está baseada em pequenas propriedades, controladas por suas famílias – eventualmente com a troca de mão de obra com famílias vizinhas, sendo uma forma de colaboração – em pequenas extensões de terra. Portanto a lavoura de fumo não necessita de mecanização, uma vez que todo o trabalho é feito de forma manual e com o auxílio de animais de tração. Observando por este critério, podemos dizer que o fumicultor é um camponês, pois controla a sua terra de forma direta. Entretanto a mesma autora cita outra forma de caracterizar o produtor:

Há autores que distinguem camponês de pequeno produtor. Enquanto para eles o conceito de camponês é vago e indefinido, os de pequeno produtor e pequena produção se inserem de modo imediato na polêmica sobre os modos de produção. Argumentam que o pequeno produtor é o ator fundamental da produção mercantil simples, que precede a produção mercantil ampliada; esta, por sua vez, caracteriza o capitalismo. (MOURA, 1986, pág. 13).

Desta maneira o produtor de fumo não seria um camponês, uma vez que este deveria estar desvinculado do capitalismo, sem acumulação de capital. Então o fumicultor seria um pequeno produtor que gera uma produção mercantil simples – a folha do fumo vendida para as fumageiras – e que precede a produção mercantil ampliada – fumo processado em forma de cigarro.

Não procurei buscar nas conversas com os produtores a forma como eles se designariam, uma vez que entendo que a compreensão que eles têm do conceito não é a mesma que estudamos dentro da academia, sendo a discussão desnecessária neste momento.

Para compreender o universo do produtor de fumo, tentei identificar as esferas que agem sobre a vida dos produtores (programas e ações municipais, estaduais, federais e particulares). Foram feitas visitas a algumas destas instituições, pesquisas na Internet e conversas com alguns de seus multiplicadores, buscando entender suas ações sobre os fumicultores.

Inicialmente busquei entender a relação que as forças municipais teriam com o produtor de fumo. Vi que a Secretaria Municipal da Agricultura de Barros Cassal não tem ações voltadas especialmente para os fumicultores - mesmo eles sendo a grande maioria dos produtores - e sim para os agricultores em geral.

Na escala municipal, o grande representante dos fumicultores é o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barros Cassal; na escala estadual temos a Emater, que atua diretamente com os produtores; na escala federal, cito o Banco do Brasil como o grande financiador das safras e, no âmbito particular, aparecem as empresas fumageiras, representadas no município por seus multiplicadores, conhecidos pelos agricultores como “instrutores de fumo”.

A imagem abaixo (Figura 6) identifica os atores que estão envolvidos neste processo e a organização deste universo. Em resumo, a Emater, os representantes das empresas, os financiamentos bancários e o Sindicato, dão o suporte necessário para o início desta produção. Quando a safra termina o produtor tem a opção comercializar diretamente com a empresa ou compradores intermediários (conhecidos popularmente como “picaretas”) que posteriormente repassam o fumo para as empresas.

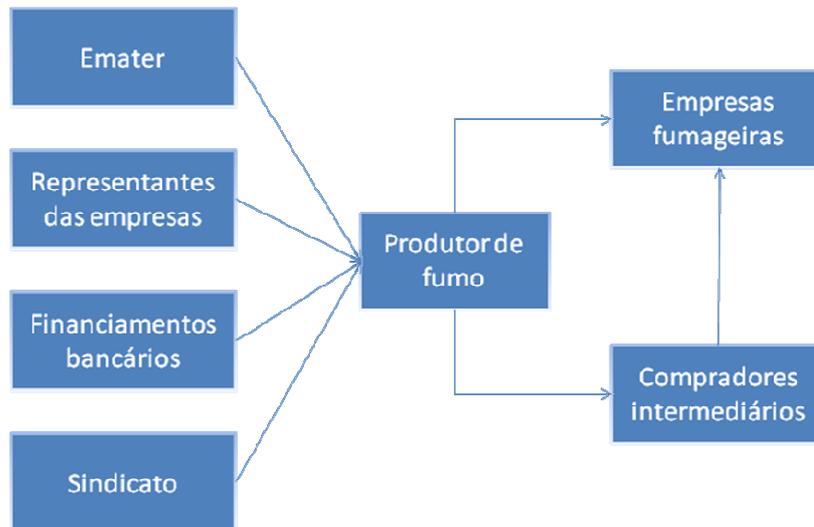


Figura 6: O universo do produtor de fumo e seus atores. Elaborado por Pâmela Bergonci, 2010.

O SINDICATO

Em visita ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barros Cassal (filial à Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul - FETAG-RS), constatei que havia ações do Sindicato específicas para os produtores de fumo.

O Sindicato, que representa os trabalhadores rurais frente às empresas fumageiras tem, entre os seus papéis, a busca para reduzir o valor dos insumos necessários na produção do fumo e a negociação, diretamente com as empresas, para garantirem os melhores preços de venda do fumo. Nos diz Etges (1991):

O preço do fumo é estipulado anualmente. Até 1988 a fixação era feita a partir do levantamento do custo da produção junto aos produtores pela AFUBRA e Sindicato dos Trabalhadores Rurais por um lado, e Sindicato das Indústrias do Fumo por outro. A partir de então este levantamento passou a ser feito conjuntamente pela AFUBRA, Sind. Trab. Rurais e SINDIFUMO.

Este é, sem dúvida, o momento mais importante de toda a relação de subordinação, pois é através dos preços pagos aos produtores, que muitas vezes não cobre nem o custo da produção, que este transfere todo o seu trabalho não remunerado às empresas. (ETGES, 1991, pág. 128).

Percebemos a importância das ações do Sindicato quando da venda da produção. São as decisões tomadas neste momento, que vão definir os ganhos e a sobrevivência de uma família no período de um ano, até a próxima safra. Toda a remuneração de um trabalho de meses está contida em um só instante, que vai definir a permanência deste agricultor na produção desta cultura ou até mesmo no campo. Na convivência com os agricultores pude perceber que eles geralmente acabam decepcionados com o preço pago pela sua produção e muitos, com mais frequência os mais jovens, acabam procurando trabalho em cidades médias.

O Sindicato também busca defender a cultura fumageira como um todo, realizando, principalmente via rádio local, manifestações em defesa do fumo. Estas não defendem o uso do cigarro propriamente dito, mas sim a plantação da folha como uma forte economia que não pode ser abandonada.

Quando visitei a sede do Sindicato e comecei a indagar o presidente, imediatamente ele me mostrou uma apresentação onde o uso de venenos do fumo era comparado com o de outras culturas (muitas dessas de alimentos, como a maçã). O fumo não era a cultura que utilizava maior uso de herbicidas e pesticidas. Ele disse:

Não é tão ruim assim, a mídia fala muito contra os venenos do fumo, mas tem alimentos que a gente consome que tem muito mais. O pessoal da cidade não sabe o que acontece aqui, nem sabem se fumo dá em árvore. Queria ver um desses que fala contra o fumo, vir aqui plantar embaixo do sol. (PRESIDENTE DO SINDICATO, 2010).

Na fala, percebe-se claramente a dicotomia campo/cidade. O entrevistado compreende que o discurso da campanha antitabagismo está presente principalmente na cidade e o que o incomoda é como isso atinge o agricultor. Quando falamos nos malefícios trazidos pelo tabaco e a diminuição do seu consumo não pensamos no produtor que depende e sobrevive diretamente desta cultura. Este é o motivo da indignação do presidente do Sindicato.

É compreensível a defesa acirrada da produção do fumo, uma vez que ela é a base de toda a economia do município. Quando perguntei sobre a Convenção-Quadro para Controle do Tabaco, ele me disse que já tinha ouvido falar mas, não acreditava que iriam proibir a plantação do fumo, “senão vamos plantar o quê? Aqui ninguém sabe plantar mais nada”.

Quando estava saindo do local, ao me despedir do entrevistado ele bateu nas minhas costas e disse aos outros que estavam na sala: “Essa aqui vai nos defender lá na cidade!”. Nota-se que eles se sentem prejudicados com as campanhas vinculadas contra o fumo e com o desconhecimento que os cidadãos têm do campo. Para ele as campanhas antitabagismo são contra os próprios produtores, que serão os maiores prejudicados se o houver a diminuição do consumo do cigarro.

A EMATER

Tentando compreender as ações estaduais sobre esta população específica, visitei a sede da Emater/RS-ASCAR no município. A Emater se constitui em um consórcio entre o governo do Rio Grande do Sul e empresas privadas que buscam promover ações de assistência técnica e social, de extensão rural, classificação e certificação.

Atualmente a Emater de Barros Cassal está defasada em técnicos que possam cumprir o seu principal papel: a extensão rural. Assim suas ações se limitam a prestar assistência a produtores que solicitam e conscientizar os mesmos da importância de produzir seu próprio alimento. Em seu programa semanal na rádio local, o presidente da Emater costuma dizer que “quem não planta milho não é agricultor”. Assim ele busca incentivar a diversificação das propriedades que se caracterizam basicamente pelas monoculturas de fumo.

Ele explica que nos anos 80 houve sucessivas tentativas de inserir milho e feijão nas propriedades. Pela baixa remuneração recebida por estas culturas e pela falta de incentivos fiscais, os agricultores acabaram preferindo cultivar o fumo nestas áreas. Infelizmente a grande maioria dos produtores não compreende a importância de produzir seu próprio alimento, tanto com ganhos monetários quanto em qualidade. Assim, eles preferem ocupar toda a sua área de terra com o fumo e comprar todos os alimentos na cidade. Este fato é interessante por manter a economia local, mas traz grandes perdas para o agricultor que, além de ter mais gastos com a alimentação da sua família, perde a sua caracterização como homem do campo no momento em que não produz nada para a sua direta sobrevivência.

Em levantamento realizado pelo órgão no ano de 2005 (Anexo 2), concluiu-se que se o produtor, com uma família de cinco a seis pessoas, cultivar os alimentos que são possíveis em

sua propriedade (já descontado o valor da produção) ele economizaria em torno de R\$ 4000,00 reais no ano. Esta quantia é vultosa se comparada com a remuneração recebida anualmente pelo fumicultor (valor líquido em torno de R\$ 15600,00 reais). Com *slogans* como: “Produtor rural, resgate o orgulho perdido, produza seu próprio alimento!” ou “Amigo agricultor, valorize seu trabalho, só adquira no supermercado aquilo que lhe for impossível de produzir na propriedade!”, a Emater tenta conscientizar os pequenos agricultores da importância da cultura da subsistência.

Os produtores rurais mais antigos do município lembram os tempos em que o agricultor produzia o seu alimento como “tempo de fartura”. Durante as minhas andanças pelo interior de Barros Cassal foram raras as propriedades em que vi alguma criação de animais ou hortas próximas as casas, mostrando que estas práticas foram abandonadas.

Na opinião do meu entrevistado - com seus mais de vinte anos de experiência trabalhando diretamente com os produtores - e pelos estudos já realizados pela Emater no município, a propriedade para ter um bom rendimento e comprometimento da mão de obra durante todo o ano deveria contar com três culturas: subsistência (envolvendo a produção de todos os alimentos básicos necessários para a manutenção da família, como feijão, arroz, batata, aipim, etc.); a produção leiteira (que gera uma renda mensal e compromete o trabalho dos produtores durante todo o ano) e o fumo que seria uma complementação dos trabalhos anuais que geraria um rendimento concentrado em uma época.

Algumas propriedades de agricultores mais tradicionais desenvolvem este modelo, tendo grande sucesso. Entretanto a grande resistência dos produtores está no excesso de trabalho e no trabalho contínuo, como a produção leiteira, que necessita de um trabalho diário durante todo o ano, sem exceção.

Sobre a ociosidade dos produtores de Barros Cassal, em pesquisa realizada pela Emater (Anexo 3), entendeu-se que na cultura do fumo os produtores ficam ociosos até 50% dos dias úteis do ano. Isso significa que a fumicultura não ocupa a mão de obra durante grande parte do ano. Portanto os agricultores teriam tempo para se dedicar a outras culturas, melhorando a renda de suas famílias. Infelizmente as empresas buscam incentivar o aumento da área plantada de fumo através da alta remuneração:

Outra arma de propaganda das empresas é a de convencer os pequenos proprietários de que “nenhuma outra planta dá tanto dinheiro por ha como o fumo”. E isso é verdadeiro, tanto assim que uma família de 4 a 5 pessoas cultiva em média 2,5 ha. Percebe-se assim a quantidade de mão de obra que o cultivo do fumo requer, principalmente na época da colheita. No entanto, depois do acerto final, esta mão de obra acaba, via de regra, não sendo sequer remunerada. (ETGES,1991, pág. 130).

Outro modelo que tenta ser incentivado é a produção de hortaliças e frutas. O que desestimula o produtor neste caso é a baixa remuneração, parcelada durante o ano. Acostumado a receber uma grande quantia de dinheiro em um só momento, o produtor não se sente satisfeito com o valor recebido. Também há a dificuldade de mercado para esta produção, pois, segundo o presidente da Emater, o agricultor, desejando ganhos maiores, costuma tentar vender a sua produção a um valor mais alto que o de mercado, não encontrando compradores.

Nas suas andanças pelo município o entrevistado relata um caso curioso: diz que quando se encontra um novo forno para a secagem de fumo sendo construído, logo se imagina que alguém irá se casar. Ele diz que a cultura local faz com que, antes mesmo da construção da casa de moradia, se construa um forno, sendo ele a segurança dos ganhos para aquela nova família que está começando. “É cultural!”, ele diz, “as vidas começam pelo fumo” (Presidente da Emater - Barros Cassal, 2010).

O BANCO DO BRASIL

Os fumicultores têm no Banco do Brasil o representante das ações federais para o estímulo a cultura do fumo. Programas como o Custeio Agropecuário – que se destina ao financiamento de despesas do ciclo produtivo de lavouras periódicas, da entressafra de lavouras permanentes ou da extração de produtos vegetais espontâneos ou cultivados, tais como: insumos, tratamentos culturais, despesas com colheita, beneficiamento ou industrialização do produto financiado, produção de mudas e sementes certificadas e fiscalizadas – ou como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) – criado em 1995 com o intuito de atender de forma diferenciada os mini e pequenos produtores rurais que

desenvolvem suas atividades mediante emprego direto de sua força de trabalho e de sua família – são muito utilizados pelos produtores para o financiamento de suas plantações.

Hoje, como vimos anteriormente, já foram proibidos os incentivos diretos a produção do fumo através da Resolução do Banco Central do Brasil n.º 2833, de 25 de abril de 2001, que veda a concessão de crédito público relacionado com a produção de fumo, no âmbito do PRONAF, em regime de parceria ou integração com a indústria do tabaco. Ainda assim, os produtores conseguem financiamentos com projetos para outras culturas, como o milho, e investem na produção do fumo. Um agricultor entrevistado disse: “Eu digo no banco que vou plantar cinco hectares de milho, pego o dinheiro, planto um de milho e o resto de fumo”. Depois de aprovado o financiamento são raras as visitas de algum fiscal comprovando que o dinheiro foi destinado ao proposto no projeto. Estas visitas ocorrem mais regularmente em grandes plantações, onde o volume de dinheiro emprestado é maior. O único interesse do banco é que o financiamento seja pago e acredito que não seja dele o papel de fiscal.

A realidade retratada por Santos, em 1984, no livro *Colonos do vinho* se mantém atual:

Hoje, o trabalho do colono está submetido indiretamente ao capital. Embora preserve a sua autonomia formal e aparentemente trabalhe para si mesmo, na verdade foi subjugado pelo capital financeiro dos bancos que lhe fazem empréstimos, de que não pode abrir mão se quiser manter o nível e a qualidade da sua produção. (SANTOS, 1984, pág. XV).

As empresas fumageiras também financiam as plantações, mas quando endividados com elas os produtores buscam empréstimos bancários, especialmente no Banco do Brasil. Segundo o gerente da agência de Barros Cassal os produtores têm grande dificuldade em quitar os valores recebidos pelo PRONAF. A inadimplência dos produtores do município já chegou a 37%. Em agosto deste ano 6,06% dos produtores estavam em dívida com Banco.

AS FUMAGEIRAS

São muitas as indústrias fumageiras que existem no Rio Grande do Sul. Em Barros Cassal, as empresas mais atuantes são a Universal Tabacos, Souza Cruz e Premium, ambas com sede em Santa Cruz e a Brasfumo com sede em Venâncio Aires.

As empresas atuam diretamente com os produtores de fumo através de seus representantes, conhecidos localmente como “instrutores de fumo”. Estes, quando do início da safra, têm o papel de visitar as propriedades agrícolas, oferecendo os preços de insumos, sementes, pesticidas, e todo o material e produtos necessários para a produção e as melhores condições de pagamento aos produtores.

Os agricultores podem escolher se consorciar com mais de uma empresa na mesma safra. Os produtos que a empresa fornece não são em valores monetários, mas sim em material: a semente específica que produzirá as folhas que tem maior mercado; o adubo especial para aquela planta e o veneno pra determinado tipo de praga, por exemplo.

As fumageiras chamam os populares instrutores de agentes do desenvolvimento ou colaboradores que trabalham multiplicando a visão da empresa e que devem acompanhar, diretamente nas propriedades, todo o desenvolvimento da planta desde a muda, o plantio, o trato cultural, a colheita, a cura da folha e entrega. Algumas empresas, como a Brasfumo, contam também com agrônomos e orientadores agrícolas que fazem visitas técnicas as lavouras.

Ser instrutor de fumo é uma forma de ascensão social em comunidades onde o fumo é a base econômica. Os instrutores com os quais conversei disseram ter feito o curso de técnico agropecuário pensando em conseguir uma vaga como colaborador de alguma empresa. Um dos motivos de interesse no cargo é o carro cedido pela empresa para as visitas às propriedades, mas que também é utilizado para outros deslocamentos de interesse da família do instrutor. A obtenção do automóvel é uma forma de reconhecimento social pelo trabalho realizado e de ascensão nas relações da comunidade. Agora estes profissionais têm a tarefa de orientar os agricultores durante a produção, adquirindo respeito por parte dos produtores.

As empresas utilizam táticas diferenciadas para manter o agricultor na cultura do fumo. Entre elas há o pagamento diferenciado entre as regiões e os produtores; a falsa

concorrência entre as empresas que atuam no mesmo município; a garantia de compra da produção e os estímulos à cultura pela alta rentabilidade. Virginia Etges (1991) elucida em seu livro:

[...] os líderes de comunidades, os mais influentes, recebem preços melhores pelo seu produto, influenciando os demais. Também os que começam a se dedicar ao plantio do fumo, são favorecidos, como forma de incentivá-los a persistirem. Com isso a lavoura e os investimentos são ampliados até o completo comprometimento, através de dívidas, fazendo com que a produção de fumo passe a ser a principal atividade. (ETGES, 1991, pág.130).

Na realidade a empresa financia os insumos e fertilizantes em espécie, não em valor. Assim o agricultor recebe em sua propriedade a quantidade solicitada de determinado produto da marca com a qual a empresa trabalha. Neste sistema, o produtor já inicia a safra endividado com uma ou mais empresas (ele pode optar por ter sua plantação financiada por mais de uma empresa).

No momento do acerto com a firma credora, entregando a sua produção pela dívida, possivelmente ela valerá menos do que o esperado, fazendo com o que produtor não entregue fumo suficiente para cobrir o empréstimo. Faz parte das artimanhas do capitalismo obter o maior lucro possível, portanto as empresas tentam desvalorizar ao máximo o fumo recebido para ter uma margem de rendimento mais alta. Assim, o fumicultor será obrigado pelo sistema a ficar inadimplente em alguma empresa e vender seu fumo para intermediários, obtendo assim algum valor em espécie que possa sustentá-lo até o próximo ano. Nas observações realizadas vi que esta prática é recorrente e que muitos agricultores estão em débito com as empresas. Maior do que a preocupação com a inadimplência é a da sobrevivência, fazendo com que estes produtores nunca mais liquidem suas dívidas.

Nos endereços eletrônicos das empresas citadas, há a tentativa de atenuar suas ações através da política da responsabilidade social. Diversas campanhas são vinculadas, como incentivo à educação; uso de equipamentos de segurança pelos produtores contra os venenos utilizados na lavoura; proibição da venda do cigarro a menores de dezoito anos e a curiosa campanha que solicita que menores de dezoito anos e maiores de sessenta não trabalhem na

lavoura de fumo, devido a alta contaminação pelos venenos utilizados. Como se apenas esta faixa etária pudesse ser contaminada ou sofrer as consequências da exposição contínua a estes produtos.

AS CONVERSAS COM OS PRODUTORES

As fontes de pesquisa para este trabalho foram buscadas de muitas formas. Em primeiro lugar, baseou-se na minha convivência direta com produtores de fumo, materializados em amigos e familiares do município de estudo. Considero que a proximidade e familiaridade com o “objeto” de estudo pode ser rica a partir do momento em que as situações são vividas diretamente por mim e que eu presencio a realidade concreta destes agricultores.

Para tentar compreender o universo do produtor de fumo de Barros Cassal e o que pode acontecer com ele quando das mudanças que vislumbramos a partir da Convenção-Quadro, elaborei dois tipos diferentes de guias de conversa: o primeiro chamado Guia de Conversa Direta (Anexo 4) buscou respostas para algumas perguntas mais pontuais, de grande importância para o trabalho, respostas que talvez eu não obtivesse em uma conversa mais informal, sendo necessária a interrogação direta. O segundo guia foi chamado Guia de Conversa Não Direta (Anexo 5) onde as perguntas, nem sempre feitas diretamente, buscaram estabelecer um diálogo. Com o fito de permitir uma abordagem bastante flexível do problema, com esse enfoque busca-se deixar o entrevistado com liberdade para falar, sem direcionamento.

O primeiro questionário (sendo realizadas 48 entrevistas diretas) foi aplicado em pessoas selecionadas aleatoriamente na cidade, próximo ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barros Cassal, por exemplo. O segundo guia foi utilizado em conversas mais longas, amigas e informais com cinco pessoas conhecidas desta pesquisadora.

Senti, durante a realização das entrevistas, muita resistência e desconfiança por parte dos agricultores que não me conheciam, mesmo usando indicações de pessoas conhecidas na cidade para me identificar e tentar criar um ambiente de familiaridade. A presença da prancheta e caneta não foram bem vistas. Sendo as entrevistas realizadas na área urbana no município, a questão do tempo foi uma das desculpas utilizadas pelos produtores na resistência ao diálogo, uma vez que eles dependem de apenas um horário de ônibus para vir à cidade e um para retornar. Assim, o medo de não cumprir todos os seus compromissos na cidade e conseguir embarcar no ônibus para a sua localidade foi uma das justificativas para a resistência em realizar a entrevista. Tive então que considerar o critério de disponibilidade e aceitação por parte dos produtores.

Em conversa com um antigo morador da cidade ouvi que a aversão as entrevistas se deve, em primeiro lugar, a desconfiança dos produtores sobre qualquer ação que pode ser tomada em relação a eles: “Já sofreram muito” (Comerciante de Barros Cassal, 2010), me disse o senhor. Outro motivo seria a alta taxa de analfabetismo no município (19,03%)⁷ que, provavelmente, se concentra entre os agricultores. Assim, a presença de alguém “estudado” pode causar constrangimentos.

Portanto a escolha da forma como as entrevistas foram realizadas, principalmente as de forma não direta, se deve a resistência sentida por mim ao realizar as primeiras conversas.

Busquei, no momento das entrevistas, dialogar com pessoas de todas as idades, abordando os mais jovens e os mais idosos que encontrei. Tentei também ter uma amostra com equilíbrio entre os dois gêneros, apesar de ser mais difícil encontrar as mulheres na cidade, provavelmente pela obrigação com o serviço doméstico.

Assim, um dos instrumentos utilizados foram as entrevistas não-diretivas, sendo mais uma conversa informal do que um diálogo fechado. A escolha deste tipo de entrevista se justifica através de Guy Michelat onde “O recurso à entrevista não-diretiva, por oposição à entrevista dirigida, tem o objetivo de contornar certos cercamentos das entrevistas por questionário com perguntas fechadas que representam o polo extremo da diretividade” (MICHELAT, 1975, pág. 192).

Como se buscou investigar o modo de vida do fumicultor, tendo ele uma linguagem não rebuscada, a entrevista não-diretiva também facilitou a comunicação entre entrevistador e entrevistado. Como lembra Michelat (1975), na entrevista não-diretiva procura-se fazer com que a pessoa entrevistada assuma o papel da exploração habitualmente detido pelo entrevistador, este último então não desempenha mais do que um papel de facilitação e de apoio.

Em contraponto, o mesmo autor ainda nos diz que na prática a entrevista nunca será totalmente não-diretiva:

Observemos, entretanto, que a entrevista de pesquisa não pode ser realmente não-diretiva, no sentido estrito, se mais não fosse porque é o entrevistador

⁷ Disponível em <http://www.fee.tche.br/sitefee/resumo/pg_municipios_detalhe.php?municipio=Barros+Cassal>

que pede ao entrevistado para falar sobre um tema escolhido pelo responsável pela pesquisa [...]. (MICHELAT, 1975, pág. 192).

Por mais que o pesquisador não queira direcionar a entrevista, no sentido rigoroso da palavra, isto acaba ocorrendo, uma vez que temos que indicar ao entrevistado o assunto que é nosso objeto de pesquisa. Ainda assim, realizando a entrevista desta forma,

[...] a informação conseguida pela entrevista não-diretiva é considerada como correspondendo a níveis mais profundos, isto porque parece existir uma relação entre o grau de liberdade deixado ao entrevistado e o nível de profundidade das informações que ele pode fornecer. A *liberdade* deixada ao entrevistado (sendo a não-diretividade todavia relativa) facilita a produção de informações sintomáticas que correriam o risco de serem censuradas num outro tipo de entrevista. (MICHELAT, 1975, pág. 193).

Como a investigação se deu sobre o modo de vida do produtor de fumo, sendo esta construção de um nível muito pessoal, considerou-se ser esta forma de entrevista a mais apropriada.

Para melhor compreensão do tema estudado, resolvi dividir as entrevistas realizadas com os produtores em temas, conforme os assuntos que acredito serem pertinentes para o meu trabalho. Assim, os temas abordados serão: modo de vida; vínculos territoriais; tempo e família e agricultor-empresa. Não vou diferenciar as respostas dadas nas conversas diretas e não diretas. Também, dentro dos temas, vou inserir comentários feitos por outros atores também envolvidos no universo do produtor de fumo.

MODO DE VIDA

Para compreender o modo de vida do produtor de fumo, seu cotidiano, seus vínculos com a terra e as mudanças que irão ocorrer nesta forma de vida com a troca da produção, Guerra (1993) citando Pendariés (1980)⁸ sintetiza quando diz:

O objecto e o conteúdo de uma sociologia das práticas quotidianas consiste, então, e muito precisamente, na definição da estrutura, da economia contraditória e da dialética original desta relação de relações sociais, quer dizer, na determinação das formas e das lógicas dos processos concretos de trabalho, pelos quais uma unidade de vida quotidiana (indivíduo ou família) elabora e transforma a convergência das determinações estruturais que focaliza num sistema de práticas ou de modos de vida específicos e irredutíveis...(GUERRA, 1993, pág.65).

Ou seja, o modo de vida construído abrange muitas esferas da vida dos indivíduos e da comunidade. Ela abrange tanto o trabalho, as relações sociais, o cotidiano, a história, a economia, entre outros. Não podemos pensar o modo de vida do fumicultor dissociado de todas as relações estabelecidas dentro deste universo.

Admito o conceito de modo de vida entendendo o produtor de fumo como um construtor da sua realidade, ator direto de seu cotidiano e de seu destino e que se torna transformador ativo de uma realidade coletiva.

Entretanto, a dicotomia surge quando pensamos que,

As “estruturas” que organizam os sistemas e os “modos de acção colectiva” não são dados “naturais” que aparecem espontaneamente e cuja existência iria por si como resultado automático de uma dinâmica qualquer. Também não são o fruto da soma linear das decisões individuais. As “estruturas” são sempre “provisórias e contingentes”, fruto das soluções encontradas pelos actores graças a recursos e capacidades específicas e historicamente datadas. (GUERRA, 1993, pág. 61).

⁸ PENDARIÉS, J. R. De l'indéductibilité dès pratiques sociales, im Familles mobilisées, Université de Nice, 1980.

Assim, além da vontade individualmente de cada produtor em manter a sua plantação de fumo, existem os condicionantes ambientais e, principalmente, econômicos, que os mantêm nesta cultura. Outro fator de influência é a cultura local e a perpetuação de um sistema histórico que faz com eles reproduzam as mesmas ações de seus antepassados. Dentro destes fatores podemos pensar se a escolha pela produção do tabaco é racional ou não.

Essa situação indica que o modo de vida reproduzido pelo produtor não seja “natural” e sim “imposto” pelos condicionantes citados anteriormente. Teoricamente eles podem ser “forçados” a adotar este modo de vida, não necessariamente pela sua própria vontade.

Este quadro se mostra real quando analisamos as respostas dos entrevistados. Quando perguntados sobre o prazer em trabalhar com a cultura do fumo, a grande maioria respondeu que gostam sim. Os argumentos principais foram o “serviço bom”; a vantagem de não ter que contratar “peões”, já que a família conseguiria finalizar o ciclo da produção; o bom rendimento e a plantação em pequenas áreas de terra.

Entretanto quando perguntei aos mesmos agricultores se eles gostariam de trabalhar com outra cultura (imaginando que ela traria o mesmo rendimento do fumo), a resposta unânime foi positiva. Se a plantação de soja, milho ou feijão (culturas citadas pelos agricultores) trouxesse o mesmo lucro da produção do tabaco, eles passariam a produzi-las. Da mesma forma, mais da metade dos entrevistados afirmou que o rendimento trazido pelo fumo não é suficiente para manter a sua família até a próxima safra. Então, porque o agricultor continua cultivando o fumo? Justamente pela reprodução de um modo de vida já concretizado neste município. Os agricultores até se imaginam em outros cultivos, mas por uma série de fatores condicionantes, preferem não abandonar a produção.

Assim para buscar compreender este modo de vida complexo, tenta-se apreender o sistema, presente de um modo ou de outro em todos os indivíduos da amostra, utilizando as particularidades das experiências sociais dos indivíduos enquanto reveladores da cultura tal como é vivida. (MICHELAT, 1975, pág.199).

O modo de vida do produtor de fumo foi delineado durante todo o trabalho. Busquei trazer a maior quantidade de informações que pudessem construir, no imaginário dos leitores, o que seria hoje a vida de um fumicultor.

VÍNCULOS TERRITORIAIS

Quando possuímos uma terra e dela desfrutamos, tirando a nossa sobrevivência, criamos vínculos que nos torna parte dela. Toda esta esfera está diretamente ligada as nossas ações do dia a dia. Assim,

Por meio do estabelecimento de vínculos, por criações ou invenções humanas, através de práticas sociais, é que se produz território, que se constitui uma territorialidade. Nesse sentido, a perda de vínculos, econômicos, culturais, políticos ou sociais, implica algum afastamento do indivíduo ou coletividade, da condição territorial presente naquele momento. (HEIDRICH, 2006, pág. 27).

A mudança da forma de vida (no caso a troca de produção da qual uma família sobrevive) acarreta uma série de mudanças que devem ser tomadas para a nova adequação destes indivíduos as práticas sociais. Um novo vínculo deve ser formado com o território, um novo modo de vida deve ser construído, as relações sociais serão transformadas, modificando toda a dinâmica de uma comunidade.

Os vínculos territoriais são criados a partir da vivência, da ocupação e das relações mantidas com e sob a terra. Estes vínculos se tornam mais fortes com o passar dos anos e do tempo em um mesmo local, na mesma comunidade, através das práticas realizadas diariamente.

Os vínculos criados por esta população são históricos. Dos entrevistados, independente da idade, todos eles plantam fumo a mais de 15 anos e afirmam que a plantação começou pelos pais e, em alguns casos, até pelos avôs. Assim percebe-se a perpetuação destes vínculos. Este agricultor pode até se imaginar ou desejar estar longe deste cultivo, mas pelas fortes raízes criadas, ele não abandona esta prática.

Aqui observo a profundidade das mudanças na vida dos agricultores produtores de fumo se a Convenção-Quadro for colocada em prática em todos os seus termos. Será que eles sabem ou ouviram que isso pode vir a acontecer? Fiz esta pergunta a eles.

Das respostas recebidas, alguns entrevistados disseram que ouviram falar sobre a proibição de plantar fumo na televisão ou nos jornais; outros, confundiram a pergunta, citando uma “recomendação” das fumageiras solicitando que maiores de 60 anos e menores de 18 anos não trabalhem na lavoura de fumo, mas a grande maioria, desconhece-se a existência da Convenção-Quadro.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barros Cassal me relatou que os agricultores até podem ter uma idéia do que está acontecendo pelas notícias vinculadas na televisão e pelas suas falas na rádio local, mas não percebem o que isso significará na vida e realidade em que vivem.

Vivenciamos hoje, com os produtores de fumo uma situação de provável expulsão da pessoa da sua condição territorial e a ruptura de seus vínculos com a própria localidade. Neste caso, isto se traduz pelo distanciamento que pode ocorrer de uma cultura e a consequente perda da identidade com o lugar. (HEIDRICH, 2006).

TEMPO E FAMÍLIA

Todas as relações e o trabalho realizado diariamente pelo produtor de fumo estão ligados ao núcleo familiar. A família e o seu trabalho, são a garantia de que no final da safra o ciclo de produção da planta estará concluído, para que a venda seja realizada o quanto antes e o rendimento recebido.

Durante as entrevistas, percebi a importância dada aos familiares na produção do fumo. O comprometimento dos filhos com a lavoura é crucial para a sobrevivência dos pais na cultura e para o aumento dos lucros. Um agricultor disse que “Com a família não preciso contratar peões, se tivesse que contratar, aí não valeria a pena” (Fumicultor, 2010). Isto se deve ao preço cobrado pelos “peões” (trabalhadores pagos por dia) pra o exercício da função. Este valor varia de R\$ 30,00 a 50,00. O produtor considera inviável produzir fumo tendo que pagar esta quantia pela mão de obra.

Portanto, apesar das contradições, a tendência é que os pais tentem manter os filhos em casa ajudando na produção do fumo. Estes estímulos geralmente acontecem pelo ganho

financeiro. Uma agricultora, com um filho de 12 anos que trabalha na produção do fumo, me afirmou que quando terminasse a safra, este filho seria remunerado como um adulto, pelo trabalho realizado e que ele poderia fazer com o dinheiro o que quisesse. Este fato mostra a emancipação destes jovens agricultores em uma fase que o principal interesse deveria ser brincar e estudar, tudo isso supervisionado e aprovado pelos pais. “Se ele trabalha como adulto, deve receber como adulto” (Fumicultora, 2010), falou a entrevistada.

Na relação de quantas pessoas moravam na propriedade e quantas trabalhavam na cultura do tabaco, este número só era diferente quando existiam crianças ou pessoas muito idosas na casa. Assim, a mão de obra fica comprometida desde muito jovem, perpetuando o modo de vida passado de pai para filho.

Quanto à propriedade da terra, poucas pessoas afirmaram plantar no sistema de sociedade. Isto acontece quando o agricultor não possui terra própria e passa a plantar na terra de outra pessoa, dividindo as despesas e, posteriormente, os lucros. Este sistema costuma não ser muito vantajoso para o pequeno agricultor, pois o dono da terra fornece a mão de obra, ficando todo o trabalho manual a cargo do agricultor. Assim, na hora de dividir os lucros (geralmente metade para cada parte), quem trabalhou efetivamente na plantação, recebe 50% do que receberia se a terra fosse sua. Entretanto, sem possuir terra para plantar e sem saber cultivar outra cultura alguns agricultores ainda adotam este sistema, por falta de alternativas mais rentáveis.

Independente de todos os problemas que o agricultor possa vir a ter com o financiamento da plantação, os insumos, a terra, entre outros, ele ainda depende diretamente do clima da região.

Não fiz este questionamento durante as minhas entrevistas (realizadas durante a fase do plantio do fumo, momento em que os agricultores esperavam chover para poder plantar), mas muitos deles estavam preocupados com o tempo, pois a época do plantio estava quase acabando e eles não podiam plantar pois “a terra está muito dura”. Percebi a dificuldade da vida de um trabalhador do campo, que depende de algo completamente alheio a sua vontade para a sobrevivência. Um senhor me disse que “agora nos tamo só esperando a chuva pra pode terminá de planta. Se não chove a gente tá perdido” (Fumicultor, 2010).

Durante as conversas mais abertas e informais, os agricultores entravam em assuntos que envolviam as despesas com a plantação. Surge, então, a questão dos venenos. O agricultor não se vê plantando fumo sem ter que administrar uma série de venenos perigosos na sua plantação. Foram muitas as histórias que ouvi sobre a intoxicação causada por eles. Uma agricultora, mãe de três filhos, me disse que na última safra ela amanheceu com o rosto completamente inchado. Ao procurar o médico ele a proibiu de manusear estas substâncias: “Mas como eu não vou ajudar o meu marido na lavoura? Ele não usa luva nem nada, acha que essas coisas não pegam nele” (Fumicultora, 2010), falando sobre a dificuldade de convencer o esposo a se proteger.

Alguns fumicultores disseram que “Sem veneno não adianta” e que “Uma vez os nossos pais podiam plantar sem colocar veneno, hoje não tem como” (Fumicultores, 2010). O uso destes aditivos na lavoura é uma prática perpetuada pela agricultura tradicional. Eles não imaginam como romper com estas práticas. A plantação do fumo está diretamente ligada ao uso de venenos e segundo eles, não há outra forma de produzir.

AGRICULTOR-ATORES

A relação entre agricultores e os atores que agem sobre a sua produção (as fumageiras e seus representantes, o Banco, o Sindicato e a Emater), já foi explicitada anteriormente. Busco aqui, comentar as respostas obtidas nas conversas, direta e não diretas, sobre a atuação destes com o produtor.

Constatei, que a grande maioria dos agricultores vende a sua produção para as empresas financiadoras. Alguns agricultores firmam acordo com mais de uma empresa na mesma safra, buscando assim, na hora da venda, entregar mais fumo para a empresa que estiver pagando o valor mais alto.

A alternativa de venda para intermediários, os “picaretas”, pode acontecer em três casos: quando o agricultor está endividado com a empresa e não pretende pagar a sua dívida naquela safra; quando o agricultor não tem a sua produção financiada por uma empresa e quando, mesmo tendo a sua plantação financiada pela fumageira o intermediário paga um valor acima do que a empresa pretende oferecer.

O momento da entrega da produção na empresa é aguardado com muita expectativa pelos agricultores, pois é quando todo o seu trabalho será remunerado. A fumageira então manda um caminhão que buscará o fumo dos produtores de uma localidade, estes escolhem se querem acompanhar a venda ou não. Caso não queiram, o intermediário da empresa responsável por aquela localidade, comercializa o fumo e o agricultor recebe o valor em sua conta.

Ouvi relatos de fumicultores que, ao chegar na empresa com sua produção e não obter a remuneração que achava justa, voltou para casa trazendo todo o fumo de volta. Esta situação costuma ocorrer com frequência: tendo trabalhado por tanto tempo o agricultor não aceita o preço de venda, volta para casa, guarda o fumo novamente e aguarda que o preço aumente.

A decepção dos pequenos agricultores em relação ao valor pago pelo seu trabalho não é privilégio dos fumicultores. Neste sentido, José Vicente Tavares dos Santos relata:

Então, no momento da troca, apenas uma parcela do valor gerado pelo trabalho camponês retorna aos colonos em forma de dinheiro. Aquele valor extraordinário converteu-se em um sobretrabalho camponês apropriado pela burguesia industrial. (SANTOS, 1984, pág. 173).

As empresas são muito rígidas quanto à fiscalização do fumo recebido. Para entregar a sua produção o agricultor utiliza duas formas de organização das folhas: ou formam o que eles chamam de “bolas” de fumo (amontoa-se as folhas organizadamente e se ata com um barbante) ou utilizam uma espécie de prensa, que formam “fardos” retangulares de fumo. Em conversa com um agricultor ele me relatou que quando o fumo chega na fumageira, grande parte das “bolas” e “fardos” são abertos. Esta prática é adotada para verificar a qualidade do fumo – se não está mofado, por exemplo – e para se assegurar de que o produtor não colocou, escondido no meio do fumo, algum objeto que fará com que o seu fumo pese mais, obtendo assim maiores lucros. O agricultor me contou:

Uma vez um rapaz que trabalhava pra mim colocou uma pedra dentro de um fardo, chegou na firma e eles descobriram. Meu nome ficou fixado lá. Agora todo o fumo que eu mando em meu nome é aberto, fardo por fardo, pra ver se não tem pedra de novo. E isso faz mais de dez anos! (FUMICULTOR, 2010).

Nas entrevistas, indaguei os agricultores sobre o auxílio recebido durante a safra. Para minha surpresa, eles foram unânimes ao responder que a única visita recebida antes e durante a plantação do fumo é a do instrutor da empresa. Entretanto, estes profissionais que deveriam acompanhar todas as etapas da produção, acabam realizando entre duas e seis visitas por ano. Senti, da parte dos entrevistados, um sentimento de desamparo quanto ao auxílio nas suas atividades.

CONSIDERAÇÕES NÃO TÃO FINAIS

Neste trabalho procurei conhecer o modo de vida do produtor de fumo, os atores que agem sobre a sua realidade e compreender os problemas que serão gerados a partir da substituição do cultivo do fumo por outra cultura, na economia do município de Barros Cassal e na vida dos produtores de fumo.

Nas conversas que tive com os fumicultores e na convivência com muitas famílias produtoras tentei entender o que faz com que eles dependam tão basicamente desta cultura que os subjuga como trabalhadores e que explora a sua força de trabalho sem remuneração digna. Concordo com José Vicente Tavares dos Santos (1984) quando diz que o capital que indiretamente subjuga o seu trabalho através da mercadoria, fecha-lhe o caminho do futuro. Assim impede que novas alternativas sejam viáveis, comprometendo a mão de obra e os seus rendimentos de uma forma que a independência financeira dificilmente seja obtida.

O imaginado alto rendimento obtido na plantação do fumo se dissolve nas necessidades diárias de alimentação e no desejo de um padrão de consumo igual ao visto nas imagens das nossas televisões.

Na comparação feita entre o município de Barros Cassal e outros municípios produtores de fumo, mas que abrigam também as indústrias, vemos mais uma vez que os rendimentos estão concentrados na mão das empresas. Estas pagam valores baixos pela matéria prima, processam o fumo transformando-os em cigarros e os vendem a altos preços, retendo o maior lucro da cadeia.

Concluí que os produtores consideram que o valor recebido pela sua plantação não é suficiente para mantê-los até a próxima safra. Mesmo assim, continuam cultivando o fumo na esperança de que os rendimentos aumentem e eles possam, um dia, alcançar a estabilidade econômica.

Outro fator condicionante da baixa renda neste município é a monocultura do tabaco. As famílias comprometem toda a mão de obra na lavoura, não produzindo nenhum alimento para a sua subsistência. Isto faz com que os alimentos tenham que ser comprados nos mercados da cidade, a custos muito mais altos do que seriam se a produção do que fosse possível se desse na propriedade.

Com toda a convivência e conversas que tive com os fumicultores posso hoje afirmar com segurança que a grande maioria deles desconhece a Convenção-Quadro para Controle do Tabaco e as suas consequências sobre as suas vidas. Eles não sabem que podem um dia vir a ser proibidos de cultivar a folha que gera a sobrevivência básica de suas famílias.

Para algumas perguntas que fiz durante o trabalho, não obtive resposta: eu não consigo imaginar quais seriam as alternativas de produção para este agricultor e não sei de que forma se dará a substituição por outra cultura. Diversos profissionais afirmam que não existe ainda outra cultura que gere maior rendimento por área, sem a exigência de mecanização e que possa ser cultivada em pequenas propriedades.

Algumas alternativas de produção foram citadas pelo presidente da Emater, que acredita que só a mudança da matriz produtiva pode transformar a vida dos agricultores. Entretanto, a proposta de que a propriedade tenha pelo menos três cultivos – a cultura do fumo, a produção de leite e a produção de subsistência – perpassa muitas outras questões que não só a vontade do agricultor de ampliar a produção. Para que este sistema possa dar certo, o fumicultor precisa de apoio, orientação técnica e, acima de tudo, de uma revisão de práticas culturais que fará com que todo o seu modo de vida seja modificado.

A inserção da produção leiteira pode ser interessante para comprometer a mão de obra da propriedade e, provavelmente, possa ser adotada como alternativa a produção do fumo. Contudo, acredito que só a troca pura da cultura não bastará para que o agricultor melhore a sua condição de vida. O produtor familiar precisa passar por uma retomada dos valores de vida no campo, tendo as suas atividades valorizadas financeiramente e socialmente.

O que vi até agora, já que as reuniões relacionadas à Convenção-Quadro ainda estão em andamento, é que nenhum esforço pontual está sendo feito para que o produtor pelo menos fique a par da situação. Não identifiquei nenhuma ação forte em andamento para que outra matriz produtiva seja criada, se realmente a proibição for aprovada.

Se a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco for mesmo colocada em prática nos termos em que hoje se encontra, estaremos presenciando um momento único na história agrícola do Rio Grande do Sul: uma mudança forçada no modelo produtivo e nas práticas tradicionais de vida de milhares de pessoas.

Assim termino este trabalho com a sensação de que muito ainda precisa ser feito para melhorar as condições dos produtores. A tomada das decisões sobre uma nova matriz produtiva, se necessário, deve ser construída junto com os fumicultores, valorizando o seu conhecimento sobre a terra e a agricultura. Caso ocorra a troca da produção, ela não pode de forma alguma ser forçada. Todo este processo deve ser amparado pelo poder público em todas as escalas, trazendo segurança para os produtores e suas famílias, fazendo com que consigam manter as práticas de homens e mulheres do campo, tentando não afetar de forma traumática o seu modo de vida.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Exército. Diretoria de Serviço Geográfico. **Barros Cassal**. Brasília: DSG, 1974. 1 mapa, col., 74 x 64 cm. Escala 1: 50000.

COLODA, Santos Carlos. **Barros Cassal: 50 anos de Paróquia, 40 anos de Município**. Porto Alegre: EST Edições, 2004. 220 p.

ETGES, Virginia Elisabeta. **Sujeição e Resistência: os camponeses gaúchos e a indústria do fumo**. Santa Cruz do Sul: Livraria e Editora da FISC, 1991. 209 p.

GUERRA, Isabel. **Modos de vida: novos percursos e novos conceitos**. Sociologia: conceitos e práticas, 1993, nº 13, pág. 59-74. ISSN 0873-6529.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. Territorialidades de exclusão e inclusão social. In: REGO, Nelson; MOLL, Jaqueline; AIGNER, Carlos. **Saberes e práticas na construção de sujeitos e espaços sociais**. Porto Alegre: Ufrgs, 2006. p. 21-44.

IBGE. **Mapa Exploratório de Solos do Estado do Rio Grande do Sul**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias>>. [online]. 2002. Escala 1: 1000000.

IBGE. **Mapa Político do Estado do Rio Grande do Sul**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias>>. [online]. 2009. Escala 1: 1000000.

MICHELAT, Guy. Sobre a Utilização da Entrevista Não-Diretivas em Sociologia. In: THIOLENT, Michel. **Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária**. São Paulo: Polis, 1987. p. 191-211.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. **Aptidão agrícola das terras: estudos básicos para o planejamento agrícola**. Brasília: Brasiliense, 1978. 55 p.

MOURA, Margarida Maria. **Camponeses**. São Paulo: Ática, 1986. 78 p.

NARDI, Jean Baptiste. **A história do fumo brasileiro**. Rio de Janeiro: ABIFUMO, 1985. 40 p.

NARDI, Jean Baptiste. **O fumo no Brasil Colônia**. São Paulo: Brasiliense, 1987. 75 p.

NÚCLEO DE ESTUDOS REGIONAIS E AGRÁRIOS. **RS: uma proposta de Regionalização considerando os aspectos Geoeconômicos**. Santa Maria, 2006. 177 p.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. A produção Gaúcha de Fumo. In:_____. **RS: Agropecuária Colonial & Industrialização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983. Cap. 6, p. 192-213. (Série Documenta, 17).

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Colonos do Vinho**: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo: Hucitec, 1984. 182 p.

SECRETARIA DA AGRICULTURA. **Regionalização do espaço agrícola do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Secretaria da Agricultura, 1975. 40 p.

TAMBARA, Eleomar. **RS: modernização & crise na agricultura**. 2ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. 95 p. (Série Documenta, 16).

CONSULTAS À INTERNET

Associação dos Fumicultores do Brasil – AFUBRA, disponível em <<http://www.afubra.com.br>>. Acesso em 22 de setembro de 2010.

Brasfumo, disponível em <<http://www.brasfumo.com.br>>. Acesso em 11 de outubro de 2010.

Fundação de Economia e Estatística – FEE, disponível em <<http://www.fee.tche.br>>. Acesso em 05 de outubro de 2010.

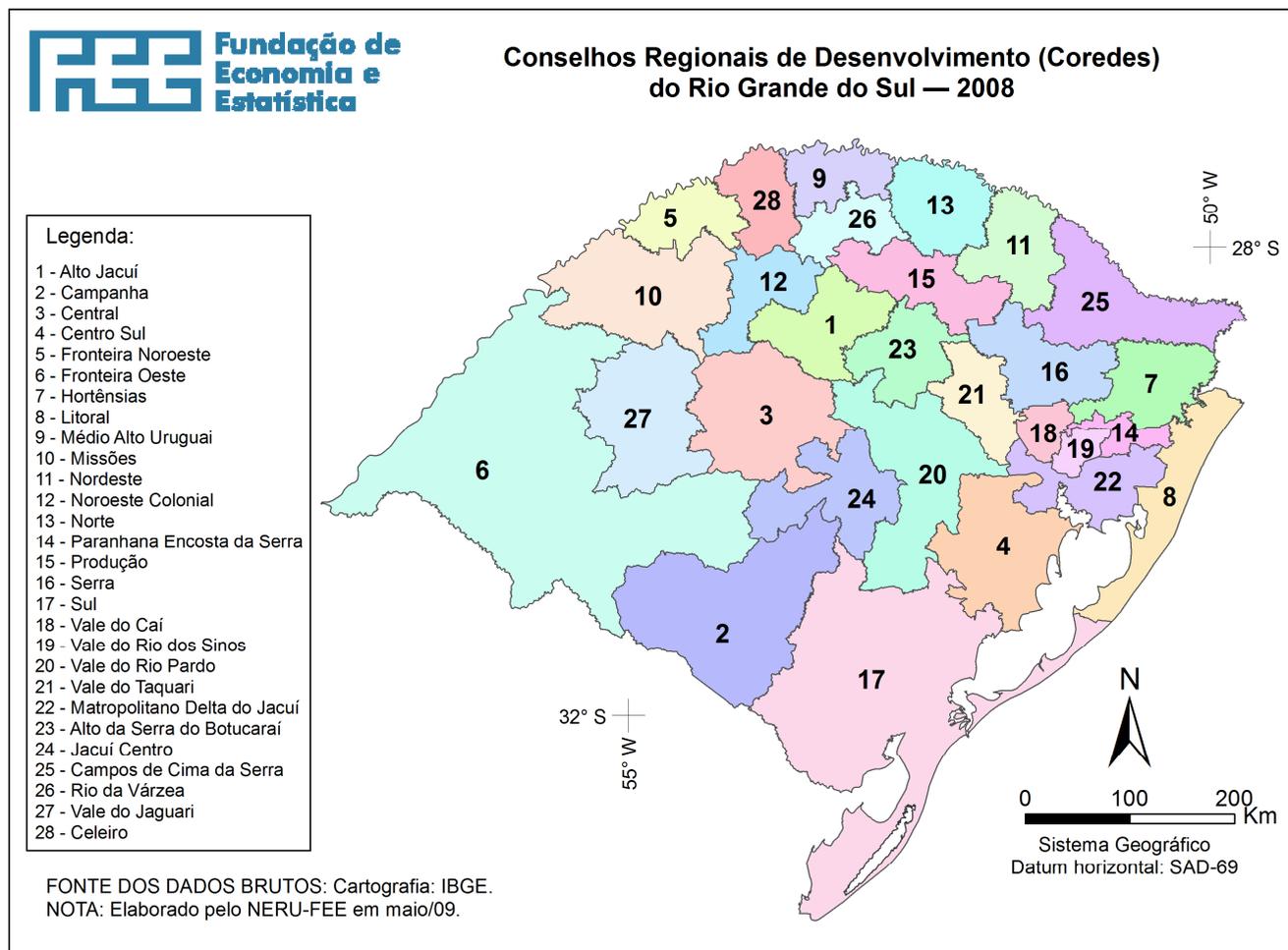
Instituto Nacional do Câncer – INCA, disponível em <<http://www.inca.gov.br>>. Acesso em 13 de setembro de 2010.

Premium Tabacos do Brasil, disponível em <<http://www.premiumbrazil.com.br>>. Acesso em 11 de outubro de 2010.

Souza Cruz, disponível em <<http://www.souzacruz.com.br>>. Acesso em 11 de outubro de 2010.

ANEXOS

ANEXO 1: Localização do COREDE Alto da Serra do Botucaraí no Rio Grande do Sul.



ANEXO 2: Economia na propriedade, caso o produtor rural produzisse o possível.



Cesta Básica anual para uma família de 05 a 06 pessoas.

Produtos que poderiam ser produzidos em sua propriedade

Produto	Quantidade/ano	Valor Unitário	Valor total
Arroz	180 kg	1,18	212,00
Feijão	120 kg	1,93	231,60
Farinha de trigo	400 kg	1,00	400,00
Farinha de milho	100 kg	1,02	102,00
Fermento	5 kg	18,28	91,40
Massa	40 kg	3,33	133,20
Bolachas	24 kg	2,00	48,00
Chimias	60kg	4,54	272,40
Margarina	12kg	5,76	69,12
Azeite	24 lt	1,99	47,66
Banha	68 kg	3,40	231,20
Cebola	80 kg	1,60	128,00
Tomate	48 kg	1,79	85,92
Repolho	30 kg	0,54	16,20
Batata inglesa	96 kg	0,98	94,08
Batata doce	40 kg	1,14	45,60
Mandioca	250 Kg	0,68	170,00
Alho	3 kg	8,80	26,40
Ovos	120 dz	2,28	273,60
Leite	800 lt	0,98	784,00
Queijo	50 kg	13,70	685,00
Salame	50 kg	11,00	550,00
Carne Bovina	170 kg	4,15	705,50
Carne de frango	160 kg	2,19	350,40
Carne Suína	150 kg	5,90	885,00
Sabão em barra	48 kg	0,59	28,32
			6666,60

Obs: Você deve ter notado que a maioria dos produtos listados são derivados de forma direta ou indireta da cultura do milho. Por isso Produtor Rural, resgate o orgulho perdido, produza seu próprio alimento.

Produtos não produzidos em sua propriedade

Produto	Quantidade/ano	Valor unitário	Valor total
Sal	30 kg	0,59	17,70
Açúcar	120 kg	1,02	122,40
Erva Mate	60 kg	2,65	159,00
Sabão em pó	24 kg	6,29	150,96
Sabonete	48un	0,60	28,80
Pasta de Dente	24un	1,69	40,56
Papel higiênico	36 pc	1,30	46,80
Nescafé	6 kg	9,50	57,00
Banana	30 kg	1,52	45,60
Maçã	15 kg	1,49	22,35
Extrato de tomate	20 lata 860 gr	4,30	86,00
Vinagre	20 lt	1,38	27,60
Gás	6 Butijões	35,50	213,00
			1017,77

Obs: Amigo agricultor, valorize seu trabalho, só adquira no supermercado aquilo que lhe for impossível de produzir na propriedade.

Preços levantados no comércio local da sede do município, 04/08/2005.

Dados Econômicos

Valores gastos pelo produtor na Compra da cesta básica anual para uma família de 05 a 06 pessoas.	Valores gastos pelo produtor na produção na propriedade da cesta básica anual para uma família de 05 a 06 pessoas.
	Custo de produção (40 %)
R\$ 6666,60	R\$ 2666,64

Economia conseguida pelo produtor ao produzir tais produtos:

R\$ 3999,96

Baseado nesses dados podemos afirmar que:

- O produtor rural terá uma economia anual de 66,66 arrobas de fumo baseando-se no preço médio do mesmo;(60,00)
- Ao passar de 30 anos podemos constatar que o produtor teria economizado a quantia de 1.999,98 arrobas de fumo; (preço médio)
- Os dados potencializariam no mesmo período ao produtor, adquirir 11,99 alqueires de terra, na média de R\$ 10.000,00 ao alqueire;
- Isso representaria a aquisição de uma propriedade de 2,99 alqueires e/ou 7,23 ha para cada filho;
- Produzir o próprio alimento é garantia de economia, saúde e desenvolvimento, pois sua disponibilidade nos proporciona uma alimentação saudável e de muita qualidade. Isto é segurança alimentar

ANEXO 3: Comprometimento da mão de obra familiar no cultivo de fumo.

1º Exemplo: 01 pessoa desenvolvendo todas as atividades.

COMPROMETIMENTO DA MÃO-DE-OBRA FAMILIAR NO CULTIVO DE 2,5 HÁ DE FUMO

ETAPAS	Nº PESSOAS	HORAS	DIAS
CUIDADOS COM A SEMENTEIRA	1	64	8
REPICAGEM DA SEMENTEIRA	1		4
CORTE E TRANSPORTE DE 50 M DE LENHA A PROPRIEDADE	1		8
LAVRAÇÃO DA TERRA	1		10
DESSECAÇÃO DA LAVOURA	1		2,5
ADUBAÇÃO DA LAVOURA	1		3,75
TRANSPLANTE DE 40 MIL MUDAS	1		8
REPLANTE DE MUDAS QUE FALHARAM	1		2
1ª ENVERGAÇÃO E SALITRAÇÃO	1		3,75
2ª ENVERGAÇÃO E SALITRAÇÃO	1		3,75
DESPONTA E APLICAÇÃO DO ANTI BROTO	1		10
COLHEITA DE UMA FORNADA DE FUMO + OU - 40 A X 10	1		45
CARGA E DESCRAGA DO FORNO + OU - 40 A X 10	1		20
RONDA DO FORNO NA SECAGEM 01 FORNADA X 10	1		30
SURTIÇÃO, AMARRAÇÃO E ENFARDAMENTO DE 01 FORNADA 40 A X 10	1		50
TOTAIS	1	64	208,75

COMERCIALIZAÇÃO: SEJA O QUE DEUS QUIZER!

Obs.: Informações recebidas dos seguintes agricultores:

Odélio Greiner, Adelio Segatto, Cauci Borges, Valmor Fagundes, Luiz Cezar Ferrari, Gilberto Battisti, Antônio Carlos dos Reis, João Posselt.

Informações Diversas:

Secagem: Colocação da lenha de 90 em 90 minutos, gastando-se meia hora na colocação da lenha na fornalha;

Transporte da Lenha: Uma carroça = 1,5 mts.

Secagem de uma Fornada: 03 dias e 03 noites = 72 horas/1:30= 48 vezes x 00:30 minutos= 24 horas/08:00 = 3 dias de serviço;

Média de Arrobas por Fornada: + ou - 40 arrobas;

Plantio da Sementeira: 04 horas - Cuidados Contínuos: 60 dias uma hora por dia

2,5 Ha => 400 mil pés => produção => 400 Arrobas.

2º Exemplo: 02 à 03 pessoas desenvolvendo todas as atividades.

COMPROMETIMENTO DA MÃO-DE-OBRA FAMILIAR NO CULTIVO DE 2,5 HÁ DE FUMO

ETAPAS	Nº PESSOAS	HORAS	DIAS
CUIDADOS COM A SEMENTEIRA	1	64	8
REPICAGEM DA SEMENTEIRA	2		4
CORTE E TRANSPORTE DE 60 M DE LENHA A PROPRIEDADE	2		5
LAVRAÇÃO DA TERRA	1		10
DESSECAÇÃO DA LAVOURA	1		2,5
ADUBAÇÃO DA LAVOURA	1		4
TRANSPLANTE DE 40 MIL MUDAS	2		6
REPLANTE DE MUDAS QUE FALHARAM	2		1
1ª ENVERGAÇÃO E SALITRAÇÃO	1		4
2ª ENVERGAÇÃO E SALITRAÇÃO	1		4
DESPONTA E APLICAÇÃO DO ANTI BROTO	2		5
COLHEITA DE UMA FORNADA DE FUMO + OU - 40 A X 10	3		20
CARGA E DESCRAGA DO FORNO + OU - 40 A X 10	2		10
RONDA DO FORNO NA SECAGEM 01 FORNADA X 10	1		30
SURTIÇÃO, AMARRAÇÃO E ENFARDAMENTO DE 01 FORNADA 40 A X 10	2		35
TOTAIS	2 a 3	64	148,5

COMERCIALIZAÇÃO: SEJA O QUE DEUS QUIZER!

Obs.: Informações recebidas dos seguintes agricultores:

Odílio Greiner, Adelio Segatto, Cauci Borges, Valmor Fagundes, Luiz Cezar Ferrari, Gilberto Battisti, Antônio Carlos dos Reis, João Posselt.

Informações Diversas:

Secagem: Colocação da lenha de 90 em 90 minutos, gastando-se meia hora na colocação da lenha na fôrnalha;

Transporte da Lenha: Uma carroça = 1,5 mts.

Secagem de uma Fornada: 03 dias e 03 noites = 72 horas/1:30 = 48 vezes x 00:30 minutos = 24 horas/08:00 = 3 dias de serviço;

Média de Arrobas por Fornada: + ou - 40 arrobas;

Plantio da Sementeira: 04 horas - Cuidados Contínuos: 60 dias uma hora por dia

3º exemplo: 02 à 03 pessoas desempenhando todas as atividades.

COMPROMETIMENTO DA MÃO-DE-OBRA FAMILIAR NO CULTIVO DE 2,5 HÁ DE FUMO

ETAPAS	Nº PESSOAS	HORAS	DIAS
CUIDADOS COM A SEMEITEIRA	1	64	8
REPIÇAGEM DA SEMEITEIRA	2		2
CORTE E TRANSPORTE DE 50 M DE LENHA A PROPRIEDADE	2		4
LAVRAÇÃO DA TERRA	1		10
DESSECAÇÃO DA LAVOURA	1		2,5
ADUBAÇÃO DA LAVOURA	1		3,75
TRANSPLANTE DE 40 MIL MUDAS	2		4
REPLANTE DE MUDAS QUE FALHARAM	2		1
1ª ENVERGAÇÃO E SALITRAÇÃO	1		3,75
2ª ENVERGAÇÃO E SALITRAÇÃO	1		3,75
DESPONTA E APLICAÇÃO DO ANTI BROTO	2		5
COLHEITA DE UMA FORNADA DE FUMO + OU - 40 A X 10	3		15
CARGA E DESCRAGA DO FORNO + OU - 40 A X 10	2		10
RONDA DO FORNO NA SECAGEM 01 FORNADA X 10	1		30
SURTIÇÃO, AMARRAÇÃO E ENFARDAMENTO DE 01 FORNADA 40 A X 10	2		25
TOTAIS	2 a 3	64	127,75

COMERCIALIZAÇÃO: SEJA O QUE DEUS QUIZER!

Obs.: Informações recebidas dos seguintes agricultores:

Odélio Greiner, Adélio Segatto, Cauçê Borges, Valmor Fagundes, Luiz Cezar Ferrari, Gilberto Battisti, Antônio Carlos dos Reis, João Posselt.

Informações Diversas:

Secagem: Colocação da lenha de 90 em 90 minutos, gastando-se meia hora na colocação da lenha na fornalha;

Transporte da Lenha: Uma carroça = 1,5 mts.

Secagem de uma Fornada: 03 dias e 03 noites = 72 horas/1:30 = 48 vezes x 00:30 minutos = 24 horas/08:00 = 3 dias de serviço;

Média de Arrobas por Fornada: + ou - 40 arrobas;

Plantio da Sementeira: 04 horas - Cuidados Contínuos: 60 dias uma hora por dia

⇒ 2010 = dias a serem trabalhados = 277 dias

SEMANAS DE = 44 horas.

Folgas: sábados à tarde e domingos.

Média dos 03 exemplos = 161,6 dias/ano
Média dos ~~exemplos~~ 02 e 03 = 138,1 dias/ano

* Ociosidade em Barros Azeitel:

⇒ 277 dias - 161,6 dias = 115,4 dias/ano
⇒ 277 dias - 138,1 dias = 138,9 dias/ano (+150%)

ANEXO 4: GUIA DE CONVERSA DIRETA

1. Nome:
2. Idade:
3. Localidade:
4. Quantas pessoas moram em sua propriedade?
5. Quantas delas trabalham com o fumo?
6. A terra onde o senhor(a) planta fumo é sua? () sim () não. Em que condições?
7. Há quanto tempo o senhor(a) planta fumo?
8. Desde que geração a sua família planta fumo?
9. A renda de sua família vem apenas do fumo? () sim () não. Qual?
10. Que outras culturas você planta em sua propriedade?
11. De onde vem a alimentação da sua família? () criação de animais () horta () plantações () compra na cidade.
12. O senhor(a) já tentou trabalhar com outra cultura que não o fumo? () não () sim. Qual?
13. O senhor(a) gosta de trabalhar com o fumo? Por quê?
14. O senhor(a) gostaria de poder plantar outra coisa? () não () sim. O quê?
15. O senhor(a) já ouviu dizer que a plantação de fumo pode ser proibida? () não () sim. Onde ouviu?
16. O que o senhor(a) faria se não pudesse mais plantar o fumo?
17. Pra quem o senhor(a) costuma vender a sua produção de fumo? () intermediários () empresa. Qual?
18. O senhor(a) considera o dinheiro que recebe pela venda do fumo suficiente para manter a sua família até a próxima safra? () não () sim
19. O senhor(a) recebe auxílio de algum tipo durante o ano, relacionado a sua plantação?

() Sindicato	Frequência:
() Emater	Frequência:
() Instrutor da Empresa	Frequência:
() Outros. Quem?	Frequência:
20. Observações:

ANEXO 5: GUIA DE CONVERSA NÃO DIRETA

1. Qual seu nome?
2. Há quanto tempo o senhor e/ou sua família plantam fumo?
3. Há outra produção no estabelecimento, além do fumo?
4. Quantas pessoas moram aqui e quantas destas trabalham com o fumo?
5. Como é a rotina de sua família durante a safra de fumo?
6. E quando não é safra?
7. O senhor já ouviu dizer que a plantação de fumo pode ser proibida? Onde?
8. Se tivesses que parar de plantar o fumo, o que farias para permanecer na agricultura? Ou não permaneceria?
9. De onde vem os alimentos que sua família consome?
10. Você gosta de plantar o fumo?
11. Se pudesse plantar outra coisa o que seria?